

MEMORIAL DESCRITIVO

Edilene Coffaci de Lima

Curitiba, UFPR
Novembro de 2020

Sumário

APRESENTAÇÃO	2
1 - FORMAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO E CHEGADA À UFPR	4
2 - PESQUISA E PRODUÇÃO ACADÊMICA	17
2.1 – OUTRAS PUBLICAÇÕES	29
2.2 – COAUTORIAS	30
3 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS COM APRESENTAÇÃO DE TRABALHO	32
4 - ATIVIDADES DOCENTES	32
5 - ORIENTAÇÃO DE ALUNOS/AS E BANCAS AVALIADORAS	33
6 - ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E TRABALHOS TÉCNICOS	35
7 - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	38
8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ORDEM <i>A POSTERIORI</i>	38
9 - BIBLIOGRAFIA	41

APRESENTAÇÃO

De acordo com a Resolução nº 10 de 2014, do CEPE, este memorial tem por objetivo apresentar minhas atividades como docente na UFPR desde minha posse em 31 de janeiro de 1996, há quase 25 anos, a fim de concorrer ao posto de Professora Titular, o último degrau em nossa carreira. Contudo, visando a elaboração de um texto mais homogêneo, inicio com um recuo no tempo, até porque minha vida profissional se deu quase toda nesta instituição. Nela ingressei como professora assistente quando ainda não se tinha estabelecido o grau de doutor como requisito imprescindível para o ingresso no Departamento de Antropologia, doravante DEAN. Quando realizei o concurso, no segundo semestre de 1995, tinha apenas um ano como mestre, era professora substituta na UEL (Universidade Estadual de Londrina), a mesma universidade em que me graduara, e cursava meu primeiro ano de doutorado na USP.

Natural de uma pequena cidade, Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, localizada na divisa com o estado de São Paulo, filha de uma comerciante (do ramo da papelaria e livraria) e de um ferroviário (sou filha, sobrinha, sobrinha-neta e neta de ferroviários), parece-me importante mencionar que toda minha formação escolar foi feita em escolas públicas. Os ensinos primário e ginásial (que seriam hoje equivalentes ao Ensino Fundamental) e o antigo segundo grau (atual Ensino Médio, e, no meu caso, Magistério) fiz em minha cidade natal; a graduação concluí na Universidade Estadual de Londrina (UEL), já no Paraná, e tanto o mestrado quando o doutorado cursei na Universidade de São Paulo. A anotação pode parecer excessiva ou demasiadamente detalhista. Desculpo-me com as avaliadoras e com o avaliador se parecer assim, mas quero aqui destacar que toda minha trajetória é devedora da formação que tive em escolas públicas e não me restam dúvidas que o ensino público deve ser louvado, exaltado, protegido. O desmonte da educação pública brasileira seria a ruína de muitas pessoas. A garantia de futuro não se encontra em outro lugar. Grata, busco em minha prática profissional em uma universidade pública zelosamente retribuir a formação que recebi desde meus primeiros anos.

Os detalhes de minha trajetória acadêmica serão apresentados adiante. Mas ainda neste início, neste mesmo espírito de demonstrar não só minha formação mas também o valor do financiamento público para o ensino em nosso país, a que me dedico como servidora da universidade pública, acrescento que, cursando a graduação em Ciências

Sociais na UEL, tornei-me bolsista do CNPq, concorrendo na modalidade de Iniciação Científica, a partir de um projeto de pesquisa da professora Kimiye Tomasino, de quem sou ainda hoje amiga. Soube da aprovação desta primeira bolsa – naquele modelo de “demanda de balcão”, conforme vigia naqueles anos – em 08/08/1988, data que, de tão redonda, nunca deixei de lembrar. Iniciavam-se ali meus primeiros passos na carreira acadêmica – novamente louvo aqui então os apoios públicos que foram imprescindíveis para tudo que se sucedeu. De lá para cá, acessei outras bolsas: da CAPES e da FAPESP, entre os anos de 1990 e 1994, no mestrado; do Programa PICDT/CAPES, no doutorado, já como docente na UFPR, entre 1996 e 2000; de pós-doutorado do CNPq, em 2008, quando estive em Paris, na Université Paris X; e a bolsa PQ2 do CNPq, que mantenho desde 2009 e que, neste momento, está sendo avaliada em mais uma solicitação. Desfrutei então de apoios financeiros, poucas vezes interrompidos, para o exercício da Antropologia desde os primeiros anos, quando ainda me iniciava na disciplina.

Para encerrar essa apresentação, e retrocedendo um pouco, não poderia deixar de registrar uma última nota (que é também um agradecimento), determinante no meu futuro profissional: enquanto cursava o Magistério, fui apresentada às disciplinas de Sociologia e Filosofia, ministradas, respectivamente, pelas professoras Cristina Garcia, de quem guardo as melhores lembranças, e Ruth (infelizmente não me recordo de seu sobrenome e nem sei de seu paradeiro). Cristina Garcia especialmente foi quem me conduziu às Ciências Sociais, tendo ela própria concluído o mesmo curso na Universidade de São Paulo nos anos 1970, durante a ditadura civil-militar. Com um perfil *hippie*, combinado com uma fisionomia *nerd*, delineada por óculos com grossas lentes de grau, em suas aulas fui apresentada aos livros de A. S. Neill (*Liberdade sem Medo*), com prefácio de Eric Fromm, e Paulo Freire (*A pedagogia do oprimido* foi apenas um deles). Dedicada a compreender essas leituras, um novo horizonte se abriu para mim, com abordagens sobre educação mais libertárias e inclusivas, que discutia o papel preponderante da sociedade na formação dos cidadãos. Em tais leituras o saber é parte da sociedade, constrói-se junto com ela, nunca divorciado dela. É como se pudesse dizer que, em suas aulas, uma senha fora revelada para mim e, seguindo seus passos, a Sociologia passou a concentrar meus interesses, conduzindo-me ao vestibular em Ciências Sociais, ao qual me submeti no verão de 1985, quando tinha 17 anos. Uma vez aprovada, fui, finalmente, apresentada à Antropologia, disciplina sobre a qual nada conhecia e que imediatamente mobilizou meus

interesses e afetos e à qual passei a me dedicar. São os desdobramentos dessa demorada aproximação que virão nas próximas páginas.

Adianto que indicarei, ao longo do texto, as referências de todas as publicações e eventos que forem mencionados. De todo modo, a listagem completa de minhas publicações, apresentações e orientações, entre outras informações relevantes, estão disponíveis em meu Currículo Lattes, que pode ser acessado pelo *link* <http://lattes.cnpq.br/2601839796878732>, o qual tento sempre manter atualizado.

1. FORMAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO E CHEGADA À UFPR

Concluída a graduação em Ciências Sociais na UEL, em 1989, meu ingresso na USP, para cursar o Mestrado em Antropologia, aconteceu em 1990, com a realização de provas e a apresentação de um projeto que, aprovado, acabei por não desenvolver, pois, como detalharei abaixo, foram alterados os meus interesses de pesquisa. Tendo na monografia em Ciências Sociais na UEL tratado do caso de expulsão de um Kaingang, chamado Tapixi, da Terra Indígena São Jerônimo, tinha me aproximado da leitura sobre política indigenista e pretendia seguir nesta mesma trilha, razão pela qual indiquei o nome de Manuela Carneiro da Cunha, que lera na graduação, como minha orientadora na ficha de inscrição no processo seletivo. No caso, minha proposta buscava investigar a criação da Guarda Rural Indígena, a malfadada GRIN, durante o governo militar e a existência de um presídio indígena em Minas Gerais. Logo que ingressei na USP, não pude encontrar minha nova orientadora, dado que àquela altura Manuela estava licenciada, atuando como professora convidada na Universidade de Chicago.

Fiquei um ano cumprindo os créditos e me sentindo mais ou menos em um limbo, sem saber o que seria de minha pesquisa. Iniciava-se ali um período de muitos aprendizados e beneficiei-me, sem o saber, grandemente da interlocução com meus colegas de turma no mestrado. Entre 1990 e 1991 fui aluna de Maria Lúcia Montes, Carmen Cinira de Macedo, Carlos Rodrigues Brandão, Manuela Carneiro da Cunha e Aracy Lopes da Silva. As aulas eram de verdadeiro aprendizado, tanto mais porque minha formação interiorana era comparativamente deficitária em comparação àquela de meus colegas, a maior parte iniciada à Antropologia ali mesmo – salvo engano meu, éramos apenas dois alunos “de fora”, eu mesma e João Valentin Wawznyck (*in memoriam*).

Foram grandes então os esforços para acompanhar o ritmo do mestrado e da minha turma que era, como o percebo hoje, bastante aplicada – algo competitiva também, mas isso, parece-me, explica-se melhor pela nossa juventude àquela altura. Seja como for, beneficiei-me de nossa troca de ideias algo agonísticas. Entre outros, recordo-me que ingressaram comigo no mestrado em 1990 Luis Donizete Benzi Grupioni, Luiz Henrique de Toledo, Heloísa Buarque de Almeida, Omar Ribeiro Thomaz, Sandra Goulart e o já mencionado João Valentin.

É preciso lembrar que até o final da década de 1990 o prazo para conclusão de um mestrado era bem mais dilatado do que vige hoje e essa minha situação inicial não incomodou à coordenação de curso. Quando Manuela retornou ao Brasil, em 1991, finalmente pudemos nos conhecer e recordo-me bem de suas palavras sobre meu projeto em nosso primeiro encontro no início daquele ano. Ela falou mais ou menos assim: *Li seu projeto, gostei. Você terá que ir a Minas Gerais para realizá-lo, posso sim te orientar. De qualquer modo, estou neste momento com um grande projeto em curso, reunindo vários pesquisadores no Acre. Ali concentram-se muitos grupos de língua pano, muito mal conhecidos até hoje. Comece dando uma olhada no Handbook of South American Indians lá na biblioteca. Se você quiser integrar esse grupo de pesquisa seria interessante e bom para você, pois você terá interlocutores, e existe recurso financeiro da FAPESP para financiar seu trabalho de campo.*

Jamais tinha pensado em pesquisar tão longe e até então nunca havia lido nada sobre povos de língua pano, sobre os quais ouvia falar pela primeira vez; por outro lado, não tinha recursos financeiros para ir à MG e teria que ou prospectá-los sozinha ou eu mesma bancar minha pesquisa. Havia ingressado no mestrado no primeiro ano do governo Collor e a bolsa atrasara por oito meses – naquele difícil contexto foram meus pais que bancaram parte de minha permanência em São Paulo. Recursos financeiros era um assunto sensível. Contra tantas incertezas, a proposta que me fizera Manuela era bastante tentadora para uma jovem recém-chegada à cidade grande, em uma universidade bastante prestigiada e sendo orientada por uma professora renomada. Muitas coisas aconteciam ao mesmo tempo e, impactada, não consegui responder ao convite imediatamente – algo que faria positivamente hoje, 30 anos depois, com muito mais entusiasmo. Sem saber se era ou não polido, pedi alguns dias para pensar se valia a pena abandonar o projeto com o qual originalmente havia ingressado e se teria coragem de ir

pesquisar tão longe, mas desde o princípio restava claro para mim que outra oportunidade tão interessante não me ocorreria duas vezes.

Após ouvir algumas pessoas próximas – os colegas de turma João Valentin Wawzyniak e Luiz Henrique Toledo foram alguns deles, além de familiares –, decidi aceitar o convite. Manuela me indicou alguma literatura – os escritos do missionário C. Tastevin muito especialmente – e sugeriu que escolhesse em um mapa três ou quatro grupos indígenas para visitar no Acre e decidir em qual desenvolveria a pesquisa. Naquela ocasião, Manuela coordenava o NHII (Núcleo de História Indígena e do Indigenismo), ao qual fui integrada a partir de seu retorno ao Brasil e onde, finalmente, pude na USP usufruir da convivência e interlocução de vários colegas. Foi no NHII (hoje CesTA, Centro de Estudos Ameríndios) que conheci, entre outros, Marta Amoroso, Beatriz Perrone-Moisés, que ainda não eram professoras da casa, John Monteiro¹ (*in memoriam*), Dominique Gallois, Elsjé Lagrou, Clarice Cohn, Denise Fajardo, Edgar Teodoro da Cunha e Edmundo Peggion, entre outros. De passagem por São Paulo, por ocasião do seminário que resultou no livro *História dos Índios no Brasil*, de Manuela Carneiro da Cunha (1994), foi também no NHII que conheci Philippe Erikson, meu futuro supervisor, muitos anos depois, de pós-doutorado na Universidade Paris X, em Nanterre.

Assim, em outubro de 1991 fui ao Acre com a missão de visitar os Nuquini, os Poyanawa, que vivem às margens do rio Môa, os Jaminawa-Arara do igarapé Preto e os Katukina (hoje Noke Kuin), na rodovia BR-364, todos linguisticamente vinculados à família pano. Olhando para trás, percebo como foi um privilégio essa possibilidade de escolher onde desenvolveria a pesquisa, sem tanta pressa – e tão diferente do que se passa hoje, quando os prazos oprimem e recursos financeiros para a realização de pesquisa são escassos. Temerosa, lá fui eu. Sem exageros, era como se um novo mundo se abrisse ali para mim. Com as indicações em mãos, cheguei a Cruzeiro do Sul e procurei por Antonio Luiz Batista de Macedo, que era então o coordenador regional do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS – regional Juruá). Logo na chegada soubera então que Macedo havia acabado de sofrer uma tentativa de assassinato em algum ponto de uma viagem que fazia pelo alto rio Juruá com uma equipe de cinegrafistas estadunidenses e brasileiros. Em seu retorno, conheci Macedo então com a face deformada do soco que lhe foi desferido. Na

¹ Com John Monteiro (1994) acabei colaborando, na parte relativa ao Acre, no Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo Arquivos Brasileiros, Acervo das Capitais.

ocasião não morreu, segundo se conta por todo o Juruá, porque a arma do seringalista que se opunha às atividades políticas do CNS não disparou². Na mesma ocasião conheci Terri Valle de Aquino, antropólogo, mestre pela UnB sob orientação de Roberto Cardoso de Oliveira e indigenista da FUNAI, e Siã Kaxinawá, que acompanhavam Macedo na mesma viagem. Ainda nessa primeira temporada em campo, conheci e desfrutei dos préstimos de amigas que fiz, fundadoras da Comissão Pró-Índio do Acre, especialmente de Dedê Maia e Vera Olinda Sena – sim, não se deve esquecer das mulheres indigenistas.

Naqueles anos o Acre vivia um período de forte efervescência política, que arrefeceu depois disso, mas nunca deixou de estar lá. A morte de Chico Mendes, no final de 1988, fizera com que o movimento ambientalista internacional fosse vigilante de novas ameaças e estavam se gestando as condições para maior autonomização dos povos da floresta. É dessa época a criação da própria Aliança dos Povos da Floresta, um movimento de claro cunho ambientalista que reuniu indígenas e seringueiros. Um ano antes de minha chegada, Milton Nascimento havia passado por lá e viajou pelo alto rio Juruá, sendo justamente guiado por Macedo, Terri e Siã. Dessa viagem resultou o álbum *Txai*. Na mesma perspectiva de chamar a atenção do mundo para as ameaças que rondavam os povos tradicionais no Acre, Macedo encontrara-se, em 1990, com ninguém menos que Paul McCartney, o ex-Beatle. No começo daquele mesmo ano havia sido criada a Reserva Extrativista (RESEX) do Alto Juruá, uma experiência inédita no Brasil de conciliar preservação ambiental e presença humana, reconhecendo as populações locais como parceiras e mantenedoras da floresta. O carisma de Macedo é notável, mas não suplanta seu empenho na organização dos seringueiros e indígenas no alto Juruá naquele período, algo que fazia, inclusive, recepcionando os pesquisadores que lá chegassem. De diversificada formação³, Macedo foi indispensável em minha chegada.

Em Cruzeiro do Sul, em outubro, demorei-me mais do que o planejado. Uma comissão de direitos humanos chegou para averiguar o que se passara com Macedo e debates foram organizados para sensibilizar a população local para o problema. Como faltavam pessoas para organizar tudo, fui convidada pelos novos amigos a auxiliá-los. A

² No folclore regional conta-se também que, para “esculhambar” o revólver de seu oponente, Macedo invocou o nome de irmão José, um santo não canônico bastante venerado em partes da Amazônia, especialmente no rio Juruá e alto Solimões, quando se viu em apuros.

³ Nas palavras de Mauro Almeida (2004:35), que bem o conhece, Macedo é definido como “seringueiro, piloto fluvial, mecânico de máquinas pesadas, sertanista e indigenista, dirigente político, líder místico e agitador revolucionário”.

comissão “Ação pela Cidadania” era composta por Severo Gomes, Paulo Sérgio Pinheiro e Ennio Candotti, que então visitaram o delegado da polícia federal, a câmara de vereadores e a diocese local lembrando-os de ações por vigilância e justiça, além de terem participado de um ato no centro da cidade, ao lado do mercado.

Com a saída dos visitantes, pude retomar o trabalho em campo entre os indígenas. Como está claro, o ambiente político era intenso, mas mesmo assim Macedo facilitou-me ajuda para alcançar os lugares que deveria visitar. Aos Katukina e aos Poyanawa (o próprio Macedo era casado com Rena, uma indígena poyanawa recentemente falecida) especialmente, para onde ele próprio me conduziu de carro, me apresentou e foi me buscar. Piloto seguro de uma Toyota “traçada” (com tração nas quatro rodas), do CNS, fundamental tendo em vista que a BR-364, então não pavimentada, exigia de seus motoristas certa ousadia. Por suas mãos entrei e saí dos Katukina, embora fosse novembro e a precária estrada já estivesse quase intransitável em virtude do início das chuvas. Sem negar carona a ninguém que pedisse à beira da estrada, viajávamos aglomerados na carroceria da Toyota. A juventude ignora riscos e, para minha sorte, tudo transcorreu bem.

Dessa primeira viagem resultou minha decisão de pesquisar entre os Katukina, embora as condições ambientais na Terra Indígena do rio Campinas não fossem nada atraentes. Ao contrário, do ponto de vista da paisagem era a pior escolha entre todos os lugares que visitara, sobretudo se comparada com a belíssima paisagem onde estavam os Nuquni com quem também estive, localizados aos pés da Serra do Divisor, próximos da fronteira com o Peru. Apesar disso, decidira que era com os Katukina que queria estar, à beira da estrada... E toda vez que ia a campo era pela estrada entrava e saía, algumas vezes fazendo parte do caminho a pé. Alguns anos mais tarde, com todas as repercussões em torno da difusão do uso da secreção da perereca que ficou conhecida em grandes centros urbanos, entre os brancos, como kambô⁴, essa se mostrou uma escolha ainda mais acertada, dado que, após a conclusão do doutorado, foi um período de intensa atividade de pesquisa que se materializou em publicações, resultado também de interlocuções com um número extenso de colegas e amigos. Adiante falarei disso.

⁴ O kambô é chamado kampô entre os Katukina. Essa diferenciação entre o *p* e o *b* é bastante sutil. Para dizer de modo breve, trata-se da secreção da pele da perereca *Phyllomedusa bicolor*, que os indígenas da região (são ao menos 16 etnias que fazem uso da secreção em toda a Amazônia) utilizam principalmente, mas não exclusivamente, para combater o azar na caça, a panema. Para beneficiar-se da secreção da *Phyllomedusa*, faz-se uma aplicação cutânea, colocando-a sobre pequenas queimaduras nos braços, no peito e nas pernas, a depender da quantidade utilizada e do gênero de quem recebe a aplicação.

Da minha parte, reconheço hoje – antes me envergonhava – que a decisão de pesquisar entre os Katukina estava ancorada em uma perspectiva ingênua que se deixava levar por um certo exotismo. A escolha dos Katukina vinha sobretudo porque eram – ainda são - praticamente monolíngues em sua própria língua, apesar da proximidade da cidade (apenas 50 quilômetros os separam de lá) e viviam de um modo que pensava ser mais próximo de uma vida “tradicional”, alimentando-se de produtos de seus roçados, da caça e da pesca. Eram também, ainda são, cantores esmerados à noite e que realizaram uma cantoria, um *mariri*, numa das noites em que lá estive. Yaká, a mulher que me hospedou naquela primeira visita e que falava e entendia um pouco de português, me disse naquele dia: *Hoje você vai ver a coisa mais bonita do mundo!* Ela se referia singelamente à execução das músicas katukina, cantadas numa roda que se movia lenta e ritmadamente, em um ritual que se poderia definir, tomando emprestadas as palavras de Oscar Calávia (1994) para falar dos Yaminawa, como “minimalista”. Os Katukina tinham também uma delicada pintura facial e corporal – com a qual me decoraram. A pintura existe ainda, e, como quase tudo por lá, está bastante modificada – bem mais ostentatória, diria – após as transformações que tiveram início a partir da difusão do uso do *kampô* em meio urbano, sobre as quais falarei adiante.

Contrariamente, os outros grupos que visitara, muito mais distantes da cidade de Cruzeiro do Sul, o núcleo regional, não falavam mais suas próprias línguas, violentados que foram por seus padrões seringalistas. Tinham, por assim dizer, uma taxa mais baixa daquele exotismo que me encantou nos Katukina. Se viajara tão longe, achava que deveria me deixar seduzir pelo povo “mais tradicional”. Em resumo, fiz àquela altura uma escolha bastante convencional, e dentro dos cânones que vigiam ainda com força na disciplina⁵. Sem desconhecer a violência de que os demais foram vítimas, os Katukina então me pareciam mais atraentes também porque eram mais próximos daqueles cujas etnografias iniciara as leituras: sobre os Matis do vale do Javari com o trabalho de Philippe Erikson (1990) e a dissertação de mestrado de Els Lagrou (1991) sobre os Huni Kuin do rio Purus, também localizados no Acre. Além de um certo romantismo da minha parte – um tipo de sedução primitivista –, chamava-me muito a atenção também a proximidade com a cidade e a resiliência que os Katukina apresentavam ao contato. Foram os Katukina também

⁵ Penso que o quadro convencional da Antropologia, e sua indisfarçável predileção por sociedades de menor contato com os não indígenas, começa a mudar efetivamente a partir do início dos anos 90, com a publicação da tese de doutorado de Peter Gow (1991).

violentados por padrões seringalistas, mas talvez, em virtude do fato de que não se submeteram a um único padrão nem se estabeleceram fixamente em um mesmo lugar – ao contrário, dispersaram-se em vários seringais tendo padrões com perfis mais aventureiros –, conseguiram se fazer mais impermeáveis às suas investidas que eram bem mais erráticas do que aquelas de Mâncio Lima⁶ com os Poyanawa, que os proibia o uso da língua nativa, ou de Felizardo Cerqueira entre os Huni Kuin do rio Jordão (Iglesias, 2010), que chegava a tatuar as letras iniciais de seu nome nos braços dos indígenas.

Dessa primeira viagem e decisão resultou a elaboração de um projeto de pesquisa, totalmente focado na história dos Katukina, ainda pouco ou nada conhecida. Até então dispunha apenas dos delicados textos do missionário espiritano Constantin Tastevin, do início do século XX, e de estudos linguísticos de Ana Sueli de Aguiar, que havia estado com os Katukina na década de 1980. Outros textos disponíveis eram menos elaborados ou menos concentrados no grupo. As publicações de Tastevin me colocava diante de um variado conjunto de grupos reunidos sob o rótulo de “Katukina”, como se pudesse dizer que tudo se passava como se tratasse de um “etnônimo guarda-chuva”, abusando de nosso vocabulário. Sob Katukina ocultavam-se, na pena do missionário, pelo menos 21 outros etnônimos terminados em *nawa* ou *-bo*. Ele próprio também se impacientara com a profusão etnonímica e acabou por defini-los como “panos de todas as raças”. A paisagem era bastante caótica, e parcialmente esse caos era também resultado do contato com os *nawa*, os não indígenas.

Tomada a decisão, realizei no ano seguinte uma temporada mais longa em campo, fixando-me entre os Katukina do rio Campinas por seis meses (de maio a outubro de 1991), Katukina estes que se reconhecem internamente a partir da combinação do que chamei de seis clãs, mas sem pretender indicar aí qualquer fidelidade aos conceitos de ancestralidade e/ou descendência. São eles: Varinawa, Kamanawa, Satanawa, Numanawa, Waninawa e Naynawa. Parte da população do grupo vive também na TI do rio Gregório, que repartem ainda hoje com os Yawanawá, mas lá, desde 1972, estavam localizados também os missionários da Missão Novas Tribos do Brasil - MNTB. Receando por experiências negativas com os missionários, nem sequer considerei me

⁶ Mâncio Lima foi durante longo período o padrão dos Poyanawa e teve também forte influência política na região do Juruá na primeira metade do século passado.

estabelecer lá, mesmo que os fatores paisagem e fartura fossem sempre referidos para mim como altamente positivos.

Como mencionei, imaginava inicialmente tratar da história dos Katukina a partir do contato com os brancos – ou *cariús*, como se diz regionalmente – e a inserção na vida dos seringais. Nada tinha de surpreendente na intenção inicial. De certa maneira, como sabemos que é trivial em nossa disciplina, o campo redefiniu meu projeto. Muito interessada nas relações com os brancos, logo no início da realização do trabalho de campo percebi que os próprios Katukina não conferiam aos invasores a mesma importância que eu. Em suma, os brancos eram apenas outros entre outros. Por que formulo assim? Bom, porque, aprendi em campo, um conjunto mais extenso de relações com outros grupos indígenas – ou com outros *parentes* – ocupavam os Katukina, sem qualquer precedência concedida aos brancos. Os Katukina me falavam bastante de suas histórias, de seus deslocamentos e de suas andanças, eventualmente em fuga em virtude de conflitos regionais. Com os não brancos, os *parentes*, contudo, as histórias eram mais entretidas e prolongadas, resultando eventualmente em aparentamentos. Era o que se passava, por exemplo, nas relações dos Katukina com os Yawanawá, os Kulina, de língua arawá, e os Marubo. Relações estas que acabaram ocupando toda a segunda parte de minha dissertação de mestrado⁷, na qual privei-me de falar dos brancos – tendo, portanto, alterado bastante o projeto original. A propósito, com os Marubo pude acompanhar toda uma reelaboração das narrativas míticas dos Katukina para fazê-los caber como seus ancestrais, como verdadeiramente um só grupo, dividido em virtude de um erro, como sói acontecer em tempos pretéritos (Carneiro da Cunha, 1992:19). Já na primeira parte da dissertação, tratei da organização social katukina, especialmente de seu sistema de parentesco e onomástico⁸, que apresentava uma diferença saliente em relação ao que estava em registros sobre outros grupos na literatura pano, a qual senti-me então obrigada a tratar.

⁷ O que resultou na publicação de meu primeiro artigo, com o título indisfarçavelmente inspirado em Marshall Sahlins que acabara de ser traduzido no Brasil, “Katukina, Yawanawá e Marubo: desencontros míticos e encontros históricos”, que saiu na *Cadernos de Campo*, de 1994.

⁸ Desta parte da dissertação resultou o artigo *A onomástica katukina é pano?*, que publiquei na Revista de Antropologia da USP em 1997, cujo título indicava o diálogo que se iniciava com Philippe Erikson (1992) que, no livro *Etnologia e História Indígena*, organizado por Manuela Carneiro da Cunha e Eduardo Viveiros de Castro publicara um artigo intitulado *A onomástica Matis é amazônica?*.

De modo resumido, enquanto os demais povos pano apresentam um sistema kariera ortodoxo (ou mais do que isso, segundo Melatti, 1977), encontrei entre os Katukina um dravidiano amazônico, diferenciando parentes consanguíneos e afins apenas nas três gerações centrais, mas não nas duas distais, como se passa entre aqueles que se organizam a partir de um modelo kariera. Não fazia parte dos meus planos abordar o parentesco, mas quando me deparei com tal diferença avalei que seria inevitável fazer esse registro, que ali havia sim uma contribuição original que poderia dar à literatura pano que se formava. Uma avaliação que ainda hoje me causa satisfação, embora não tenha voltado a lidar com estudos de parentesco após a conclusão da dissertação.

Uma outra diferença dizia respeito à existência de termos de afinidade que outros antropólogos que estiveram entre os Pano não reconheceram como dissonantes em um contexto kariera e dravidiano. Insiro aqui, vaidosamente talvez, a anotação de Eduardo Viveiros de Castro (1996) sobre o insólito do parentesco katukina, que fazem uso de termos de parentesco para afins efetivos, não apenas potenciais: “O primeiro etnógrafo (sic) a chamar a atenção para as implicações teóricas das terminologias de afinidade pano foi Lima (1994:44-45)”. O detalhe que não deve escapar é que termos para afins efetivos, segundo Dumont (1975), não se devem fazer presentes em sistemas de parentesco como aquele em vigor entre os Pano. A maior parte dos colegas, contudo, silenciou sobre o assunto, exceção feita ao colega Oscar Calávia (1994:102), que também notou a excepcionalidade: “Os termos para afins não são exclusivos dos Yaminawa (...) e são ocasionalmente citados nas monografias atuais, mas não têm sido levados em conta nas análises: a tese de Edilene Lima (1994) talvez seja a primeira a quebrar esse silêncio”. Oscar Calávia era também orientado por Manuela Carneiro da Cunha na USP. Enquanto eu fazia a pesquisa de mestrado, Oscar dedicava-se ao doutorado entre os Yaminawa, no Acre, e foi um dos meus interlocutores diretos, tal como nossa orientadora havia antes me prometido.

Mas por que esse recuo para tratar da dissertação, quando não havia ainda ingressado na docência da UFPR, portanto, demorando-me em um período anterior ao que exigem as regras que regem a apresentação desse texto? A resposta é simples: porque a temática da segunda parte da dissertação efetivamente poderia ter recebido o título de um livro que organizei, dezessete anos após a conclusão do mestrado – já como docente na UFPR, portanto –, em colaboração com Lorena Córdoba (colega argentina que conheci

durante o pós-doutoramento em Paris, em 2008). O título que demos à nossa coletânea foi *Os outros dos outros*, a qual foi publicada pela editora da UFPR (com financiamento parcial do CONICET), em 2011, reunindo pesquisadores⁹ dedicados à mesma temática, que com certo humor costumava chamar em sala de aula de relações inter-índios ou inter-indígenas, recusando de certa maneira nosso vocabulário que antes nomeava como relações intertribais ou, mais contemporaneamente, como relações interétnicas. O problema, parece-me, é que por relações interétnicas costumeiramente se supõe falar de relações entre indígenas e não indígenas, e meu propósito, depois de fazer longo período de campo, era atenuar essa importância que nos autoconcedemos, como se a intromissão dos brancos, por violenta que se faça, fosse o evento mais importante que sucedeu aos povos indígenas – sem desconhecer, de todo modo, que alguns povos chegam mesmo a dividir sua história entre AB e DB, antes dos brancos e depois dos brancos, como parece ter sido o caso dos Kayabi (Ferreira *apud* Carneiro da Cunha, 1989). De certa maneira, portanto, a temática que me mobilizara no início de minha carreira acadêmica prolongou-se entre meus interesses e marcou tanto minha docência quanto a continuidade de minhas pesquisas, e permanece assim ainda hoje, mas por outras vias, conforme apresentarei adiante.

Naquela ocasião interessava-me mais pensar as relações entre os próprios indígenas, sem submetê-los à nossa própria história. Anos depois, como fica claro na organização da coletânea *Os outros dos outros*, chamava-me mais a atenção pensar nas palavras de Claude Lévi-Strauss, que, em *Raça e História*, já havia indicado que a diversidade é resultado das relações entre os grupos, não de seu isolamento. A simplicidade de seu argumento guardava sua força. Talvez por questões de método – faz-se trabalho de campo às vezes em diminutas aldeias, afinal –, em nossa disciplina habituamo-nos a isolar os grupos com os quais trabalhamos, sem atentar devidamente para extensas e prolongadas relações em curso com seus vizinhos¹⁰. Em suma, tendemos a pensar nossa “unidade de análise” em termos muito circunscritos e diminutos, sem nos

⁹ Os textos foram reunidos a partir da apresentação em um Grupo de Trabalho que eu e Lorena Córdoba coordenamos na VIII Reunião de Antropologia do Mercosul, que aconteceu em Buenos Aires em 2009. Na coletânea, além de Philippe Erikson que redigiu o prefácio, deram suas contribuições: Clarice Cohn, Karenina Andrade, Laura Pérez Gil, Denise Fajardo, Isabelle Combès, Edmundo Peggion, Silvia Macedo, Francis Ferrié, Federico Bossert, José Braunstein, Alejandra Siffredi, Pedro Lolli, Alejandro Martín López, Pablo Sendón e Marina Vanzolini.

¹⁰ Neste sentido, a etnografia de E. Leach, o clássico *Sistemas Políticos na Alta Birmânia*, restará sempre como uma exceção.

darmos a devida conta de que se trata de um artefato de nosso método. Com exceção da guerra – a troca mal-sucedida, para ficar com o mesmo autor citado acima –, que sempre merecera mais atenção, poucas vezes se viam colegas dedicados a compreender as relações corriqueiras entre povos linguisticamente aparentados ou não. Uma outra exceção seriam os complexos regionais – como o alto xinguano e rionegrino. Contudo, quem não conseguia fazer caber as relações do grupo que estudava em um modelo de “complexo regional”, quem não conseguia mostrar inequivocamente as relações que resultavam nas trocas de objetos, como se passa entre os povos do alto Xingu, ou na exogamia linguística dos povos do alto rio Negro, estava fadado à forma mônada – e deparava-se com o fantasma guianense, por assim dizer – ou ao fechamento do modelo dualista jê¹¹. Algo que, para onde quer que se olhasse entre os povos de língua pano – com exceção talvez dos Huni Kuin, inspirado no fechamento dualista –, parecia-me um equívoco. Eis aí então a minha precoce recusa – ou antipatia – ao “fechamento”. A porosidade das fronteiras pano, antes definida por Erikson como “lacunar”, era-me bastante sedutora. Feito esse recuo pela “nebulosa pano” (Erikson, 1993b), continuo.

Concluído o mestrado em 1994, ingressei no doutorado imediatamente, em 1995, mantendo minha permanência na mesma instituição e com a mesma orientadora. Se no mestrado interessavam-me a organização social (parentesco, onomástica e gênero, principalmente) e as relações pacíficas ou guerreiras com outros povos indígenas da vizinhança, no doutorado decidi tratar da classificação da natureza e das relações estabelecidas entre humanos e não-humanos, o que me obrigou a avançar um tanto sobre restrições alimentares, corporalidade e xamanismo, entre outros temas conexos.

A pesquisa para o doutorado se estabelecia então a partir de uma nova questão, mas em continuidade com o que antes tratara no mestrado: “buscava compreender como se delimitavam e fixavam as fronteiras entre os humanos e os não-humanos, fossem animais ou espíritos. Meu ponto de partida era a simples presunção de que se existe um sistema para tratar da alteridade sociológica, deveria haver também um sistema para tratar da alteridade cosmológica. Vislumbra explorar esta questão a partir do exame da classificação taxonômica e dos significados simbólicos das espécies animais na cosmologia do grupo”. (Lima, 2000:08)

¹¹ Com agradecimentos à leitura de Clarice Cohn, que, a partir dos Kayapó-Xikrin, põe sob suspeita a ideia do fechamento jê.

Tendo prestado o concurso na UFPR no segundo semestre de 1995, obtive aprovação junto com a colega Ciméa Bevilaqua. Tomei posse no cargo no último dia de janeiro do ano seguinte. Antes de minha posse, demiti-me da UEL e fui ao Acre para mais uma temporada em campo (entre novembro e dezembro de 1995), principalmente para dar continuidade ao trabalho de campo para a elaboração da tese de doutorado, mas também para dar continuidade à pesquisa que resultou no livro *Enciclopédia da Floresta*, organizado por Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida – e, como espero que esteja claro, os dois projetos articulavam-se em minha trajetória. Assim, tendo ingressado havia apenas um ano no doutorado, tornei-me docente no DEAN, o que fez atribulado meu percurso, tendo que conciliar as atividades de pesquisa e escrita com as obrigações em sala de aula. Após cumprir um ano e meio de docência consegui licença para realização de trabalho de campo e conclusão da tese, que já acumulava atrasos. A precocidade da licença foi garantida com a generosa anuência de meus colegas de departamento – cito rapidamente alguns: Carlos Balhana e Rosângela (Zanza) Digiovanni (*in memoriam*), Márnio Teixeira-Pinto, Marcos Lanna, Miriam Hartung, Sandra Stoll, Christine de Alencar Chaves e Ciméa Bevilaqua –, responsáveis que foram por cobrir minha ausência em sala de aula.

É importante aqui destacar que os atrasos na realização da tese deviam-se não apenas às minhas atividades de docência, mas também ao fato de que a passagem do século foi um período especialmente conturbado na história dos Katukina. Como mencionei antes, a TI do rio Campinas é uma área atravessada pela BR-364, aberta pelos militares no início da década de 1970. Naquele pedaço, especialmente, parte da rodovia foi aberta com os esforços dos braços de meus amigos, que trabalharam na derrubada da floresta para que a estrada pudesse passar. Quando cheguei ao Acre pela primeira vez, em 1994, seu funcionamento era sazonal: nela era possível transitar, aproximadamente, de junho a outubro, no período da estiagem, restando a pista interditada no restante do ano, de acordo com o calendário de chuvas que a impediam completamente.

Quando fui fazer meu trabalho de campo para o doutorado, em 1998, esse calendário de tráfego de carros se alterara completamente, pois a pavimentação da rodovia avançava e o asfalto já quase alcançava a fronteira oeste da Terra Indígena, sem que tivessem sido previstas quaisquer medidas mitigadoras ou reparadoras aos Katukina. As máquinas e turmas de trabalhadores responsáveis pela pavimentação simplesmente

avançavam sem pedir licença aos Katukina. Ao chegar, fui imediatamente instada pelas lideranças a socorrê-los, acionando os canais de apoio necessários para que fosse estabelecido o diálogo com os órgãos governamentais responsáveis pela obra. Naquele novo contexto, meus interesses acadêmicos tiveram de ser combinados com um forte ativismo, e foram essenciais os amigos feitos desde minha chegada ao Acre. Terri Aquino, Marcelo Piedrafita Iglesias, Antonio Macedo e Vera Olinda Sena, bem como minha orientadora e Mauro Almeida, trilharam parte desses caminhos comigo, seja arrumando espaços para divulgação do problema (particularmente em um jornal de Rio Branco, como anotarei adiante), seja acionando seus contatos para poder receber a atenção dos órgãos governamentais responsáveis pela obra. Deste período guardo tensas lembranças, mas, de modo mais decisivo, ainda me acompanha o aconchego dos amigos que me acudiram.

Fui obrigada, dado meu campo atribulado, a tratar do assunto na introdução de minha tese, mais ou menos me desculpando pelo caráter lacunar da etnografia nela contida. Sobre as peripécias e ingerências todas em torno da pavimentação da rodovia, escrevi também um texto informativo na Campos (Lima, 2001) e um artigo no livro Povos Indígenas do Brasil, publicado pelo Instituto Socioambiental (Lima, 2000). Só não digo que o resultado da tese foi catastrófico porque parece que não foi isso que achou a banca avaliadora, composta pelos professores Júlio César Melatti (UnB), Robin Wright (Unicamp), Márcio Silva (USP) e Beatriz Perrone-Moisés (USP), além de minha orientadora, que redigiram uma ata de defesa da qual ainda me orgulho. Na ata ficou registrado: “A banca, por unanimidade aprovou a tese com distinção e louvor, recomendando-a ao programa de pós-graduação em Antropologia Social para que seja por ele indicada para concorrer ao prêmio de melhor tese de doutorado na ANPOCS. Recomenda também que a tese seja publicada, usando como primeira parte a dissertação de mestrado”.

No Concurso ANPOCS de Tese, como era, da minha perspectiva, previsível, não fui laureada. De qualquer forma, não havia qualquer incômodo: tinha defendido com dignidade uma tese e tinha, ao mesmo tempo, conseguido estabelecer parâmetros mais razoáveis para a passagem da pavimentação da rodovia – o total impedimento da rodovia nunca estivera, de fato, no horizonte dos Katukina. Como podem imaginar, não foram os parâmetros ideais, mas foram os possíveis, estabelecidos a partir de extensas negociações com o governo daquela ocasião. Sobretudo, o principal resultado era o fato de que os

Katukina não podiam mais – nem naquele momento nem em outros – serem ignorados pelos agentes governamentais e pelo próprio Estado na condução de seus projetos desenvolvimentistas e integracionistas.

Passemos então às publicações.

2. PESQUISA E PRODUÇÃO ACADÊMICA

Defendida a tese em setembro de 2000, nove meses depois nascia a minha filha, Clara. Uma longa greve em 2001 prolongou minha licença-maternidade e permitiu-me ficar totalmente dedicada ao cuidado dela. Quando retornei às atividades no departamento, concentrei-me mais na docência e, em casa, nos cuidados à pequena filha. Ao mesmo tempo, em virtude de problemas de saúde que então se me apresentaram, meu desempenho acadêmico ficou aquém do desejável, para dizer de modo direto, naquele período. Previsivelmente, pouco publiquei e não me empenhei em publicar a tese, junto com a dissertação de mestrado, como havia sido sugerido pela banca avaliadora.

Embora a publicação do livro sugerida em minha ata de defesa de doutorado não tenha sido realizada, tanto da dissertação quanto da tese resultou a publicação de artigos. Do mestrado publiquei sobre a onomástica (Lima, 2007) e a segunda parte, sobre as relações dos Katukina com os Kulina, Yawanawa e Marubo (Lima, 1994). Do doutorado restaram dois artigos sobre seu xamanismo e o simbolismo da serpente (Lima, 2008 e 2020), o último deles publicado neste ano, vinte anos depois da defesa da tese. Nesta última publicação, em uma coletânea recém-lançada na Argentina, celebram-se os 30 anos da publicação da obra *What is an animal*, de Tim Ingold – homenagem organizada pelos colegas Felipe Van Velden, da UFSCar, e Celeste Medrano, da UBA.

Voltando ao período pós-defesa de doutorado, sem reservas admito que meu currículo Lattes só não ficou completamente desfalcado àquela época porque havia participado, concomitantemente ao doutorado, da realização do projeto *As Populações Tradicionais Podem Gerenciar Áreas de Conservação? Uma Experiência na Reserva Extrativista do Alto Juruá*, com financiamento da Fundação MacArthur e coordenado por Manuela Carneiro da Cunha. Da realização deste projeto resultou o livro, já mencionado, intitulado *Enciclopédia da Floresta*, publicado pela Cia das Letras em 2002 e que está há vários anos esgotado. Os atrasos editoriais (infelizmente) habituais me protegeram

naquele contexto. Na *Enciclopédia*, em várias coautorias, colaborei na redação de oito capítulos. Dentre outros, compartilhamos autoria: Manuela Carneiro da Cunha, Mauro Almeida, Mariana Pantoja Franco, Margarete Kitaka Mendes, Marcelo Piedrafita Iglesias, Terri Valle de Aquino e Laure Emperaire.

Mais um ano se passou e teve início uma nova gestação. Meu filho, João Marcelo, nasceu em maio de 2004. O período que então se inicia é intenso e atribulado, seja na maternidade, com duas crianças para cuidar, seja na vida acadêmica.

Salvo engano meu, em novembro de 2004 recebi um telefonema da professora Manuela Carneiro da Cunha convidando-me a me juntar a uma equipe de pesquisadores que ela estava montando no Ministério do Meio Ambiente, então dirigido pela acreana Marina Silva, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, a fim de atender a uma demanda que havia sido feita pelos próprios Katukina. A passagem do século havia alçado um conhecimento tradicional dos Katukina ao centro de uma disputa. O uso da secreção retirada da perereca que chamam *kampô* (*Phyllomedusa bicolor*) popularizava-se rapidamente e cabia acompanhar os processos que então tiveram início. Sendo a única antropóloga que até então pesquisara entre os Katukina, fui convidada, e daquela iniciativa, mais ainda do que no primeiro convite que me fez Manuela, seria imperdoável declinar.

Entre a intensidade e a atribulação que mencionei acima, levou a melhor a primeira alternativa, pois é nesse o período que dou início a publicações regulares sobre a temática dos conhecimentos tradicionais, especialmente a partir de meu olhar sobre o uso do *kampô*, que conheceu quando não era ainda cobiçado nem pela indústria farmacêutica nem por terapeutas esotéricos e ayahuasqueiros. Em uma passagem de minha tese de doutorado já estava descrita sua utilização como um forte revigorante (Lima, 2000: 74-76). Outrora, até o final do século passado, utilizado discretamente para debelar a má sorte na caça e a preguiça, o *kampô* se viu repentinamente exibido, publicizado pelos próprios Katukina, que passaram a reivindicar também sua proteção – o que explica a iniciativa de realização do Projeto Kampô, no MMA, para a qual fui convidada. Meu filho tinha apenas sete meses quando, sem sua companhia¹², em dezembro de 2004, retornei a campo para ver o que se passava e me integrei à equipe do

¹² Meus filhos, Clara e João, ficaram com o pai, Eduardo, na casa de meus pais, em Três Lagoas (MS).

MMA, composta por antropólogos, médicos, herpetólogos e biólogos moleculares, entre outros pesquisadores. A iniciativa acabou não prosperando e disso tratei em alguns artigos, mais detalhadamente no último sobre o assunto, de 2014, intitulado *A internacionalização do kampô (via ayahuasca): difusão global e efeitos locais*.

Sobre a temática dos conhecimentos tradicionais vinculados ao uso do *kampô* elaborei em 2007 um projeto de pós-doutoramento, a partir do qual obtive uma bolsa do CNPq que me permitiu passar o ano de 2008 em Paris, sob supervisão de Philippe Erikson, na Universidade Paris X, em Nanterre. A partir de Philippe, e com a acolhedora recepção de Bonnie Chaumeil, integrei-me aos seminários do EREA (Équipe de Recherche d’Ethnologie Amérindienne) e frequentei alguns cursos no núcleo de docência do Musée du Quai Branly, onde funciona também a Société des Américanistes. No Musée du Quai Branly tive a satisfação (e também um certo pânico) de ser convidada para apresentar a Conférence de la Société des Américanistes, evento regular ao qual se costuma convidar pesquisadores estrangeiros, e em Paris eles existem à abundância. Naquela ocasião, próximo do meu retorno ao Brasil, apresentei a fala intitulada *Les Katukina, le kampô et la “culture”*, e as aspas, àquela altura, já estavam se tornando ponto de pauta acadêmica.

Foi deste período da cultura aspeada, por assim dizer, que resultou a maior parte de minhas publicações e também de convites para apresentação de palestras e participação em seminários. É também deste período, após a conclusão da pós-graduação, que minhas pesquisas convergiram mais diretamente com os interesses temáticos de minha ex-orientadora. Com muita satisfação, a propósito, estive no evento de homenagem a Manuela realizado em novembro de 2010 na UNESP de Marília, cumprindo uma tradição iniciada em 1986 em que o homenageado foi Florestan Fernandes. Para minha satisfação, estive nas duas ocasiões: na homenagem a Florestan Fernandes ainda como estudante de Ciências Sociais, e na homenagem à Manuela, proferindo minha modesta comunicação, junto com outros antropólogos e amigos da homenageada (Mauro Almeida, Eduardo Viveiros de Castro e Ennio Candotti, entre outros), alguns de seus interlocutores e ex-alunos e ex-orientandos (além de mim estavam Beatriz Góes Dantas, Deborah Lima, Edmundo Peggion, Florência Ferrari, João José Reis, Lilia Schwarcz, Nádia Farage e Omar Ribeiro Thomaz). Manuela foi a 12ª homenagem no evento da UNESP, e a segunda mulher (antes fora homenageada Maria Isaura Pereira de Queiroz, em 1994).

Quando retornei da França, no início de 2009, estava em curso um novo projeto de pesquisa coletivo. Manuela, uma vez mais, reuniu uma equipe de pesquisadores a partir da coordenação do projeto intitulado *Effects of intellectual and cultural rights protection on traditional people and traditional knowledge. Case studies in Brazil*, do qual também participei, junto com, entre outros, Dominique Gallois (USP), Marcela Coelho de Souza (UnB), Joana Oliveira (hoje na UNICAMP), Pedro Cesarino (USP), Geraldo Andrello (UFSCar), Júlia Otero (hoje na UFPA) e Nicole Soares-Pinto (que havia sido minha orientanda de mestrado, hoje na UFES). Cada um de nós, a partir de suas trajetórias de pesquisa, prospectava os efeitos que se iam produzindo contemporaneamente da discussão sobre os direitos culturais e intelectuais entre os grupos com que tínhamos longa experiência de campo. O resultado de nossa pesquisa foi publicado pela coletânea organizada por Manuela e Pedro Cesarino, publicada pela editora da UNESP, sob o título *Políticas culturais e povos indígenas*, em 2014 – anteriormente, em 2012, publicáramos também em um dossiê na Revista de Antropologia da USP.

Para não me alongar em detalhes sobre a temática dos conhecimentos tradicionais, entre os anos de 2005 e 2014 publiquei seis artigos em periódicos e nove capítulos em livros. Organizei também uma coletânea com Marcela Coelho de Souza, da UnB, que conheceu e passara a ter como interlocutora muito próxima no projeto mencionado no parágrafo anterior. O fenômeno da popularização de conhecimentos tradicionais, fossem materiais ou imateriais, avançava rapidamente e reunimos nesse volume, publicado em 2010, colaborações de autores que o acompanhavam em diferentes quadrantes do país. Colaboraram conosco José Pimenta, Diego Soares, Antônio Guerreiro Júnior, Paulo Roberto Nunes Ferreira, Laura Pérez Gil, Nicole Soares Pinto, Eduardo Soares Nunes e Júlia Otero. O financiamento para a publicação da coletânea foi obtido graças à realização de um Projeto PROCAD/CAPES, na parceira do PPGAS/UFPR com o PPGAS/UNB. Em nosso Programa o projeto foi coordenado pela colega Maria Inês Smiljanic Borges.

Se é verdade que foi um período de intensa pesquisa, foi também de muitos mal-entendidos. Especialmente em virtude das expectativas excessivas criadas em torno do Projeto Kampô (do MMA) e da falta de resultados¹³, desentendi-me com lideranças

¹³ Em verdade, a realização do Projeto Kampô teve vida curta em virtude, sobretudo, da falta de acordo não com os indígenas, mas com os cientistas, para dizer de modo breve. Sobre as dificuldades em torno da realização do projeto escrevi em Lima (2009 e 2014b).

katukina quando retornei a campo em 2009, logo após retornar da França. O ambiente era de total desconfiança em relação aos trabalhos de pesquisa e sendo eu a pesquisadora mais antiga a andar entre eles, acabei, por assim dizer, sendo cobrada de uma maneira que me pareceu excessiva. Naquela ocasião, retirei-me do campo e instalei-me em um hotel em Cruzeiro do Sul, onde voltei, por assim dizer, à antropologia de varanda, trabalhando diretamente com três colaboradores da pesquisa¹⁴. Por lamentável que tenha sido nosso desentendimento, acabou servindo-me de mote para redigir mais um artigo “*Nosso conhecimento vale ouro*”, ou sobre o valor do trabalho de campo, publicado no Anuário Antropológico (Lima, 2014). Nele falava não do *kampô* ou das transformações em torno dele, mas sobre como se transformara o trabalho de campo e o pudor que temos tido para tratar do assunto.

Por volta da metade da década passada, o acompanhamento da expansão do *kampô* e as transformações da “cultura” e da cultura passaram a me fatigar. A popularização do uso da substância seguia aproximadamente um mesmo roteiro, tornara-se repetitiva, e minha curiosidade, fermento necessário para qualquer pesquisador, parecia esgotada. Desisti de continuar a pesquisar sobre o assunto, decisão difícil e que foi também motivada por um fatídico incidente quando fui abordada pela Polícia Federal no aeroporto de Cruzeiro do Sul, suspeita de biopirataria, tendo minha bagagem revistada em uma ação intitulada *Operação Ibogaína*, quando tentava voltar para casa após ter participado da realização do Festival Cultural Noke Kuin, em 2014. Minha participação no festival tinha exatamente um sentido de reconciliação em relação ao nosso desentendimento mencionado no parágrafo anterior, e lá estive justamente porque as lideranças me convidaram para retomar as visitas. O desfecho da situação resultou em minha prisão no aeroporto, numa situação recheada de arbitrariedades¹⁵.

O encerramento dessa temática entre minhas publicações dá-se então, no mesmo ano, com a publicação do artigo *A internacionalização do kampô (via ayahuasca): difusão global e efeitos locais*, na coletânea *Políticas culturais e povos indígenas*, antes mencionada. Em minha contribuição ao livro, apresentei o apanhado de uma década de seguimento da popularização do uso do *kampô* em meio urbano, com seus vários

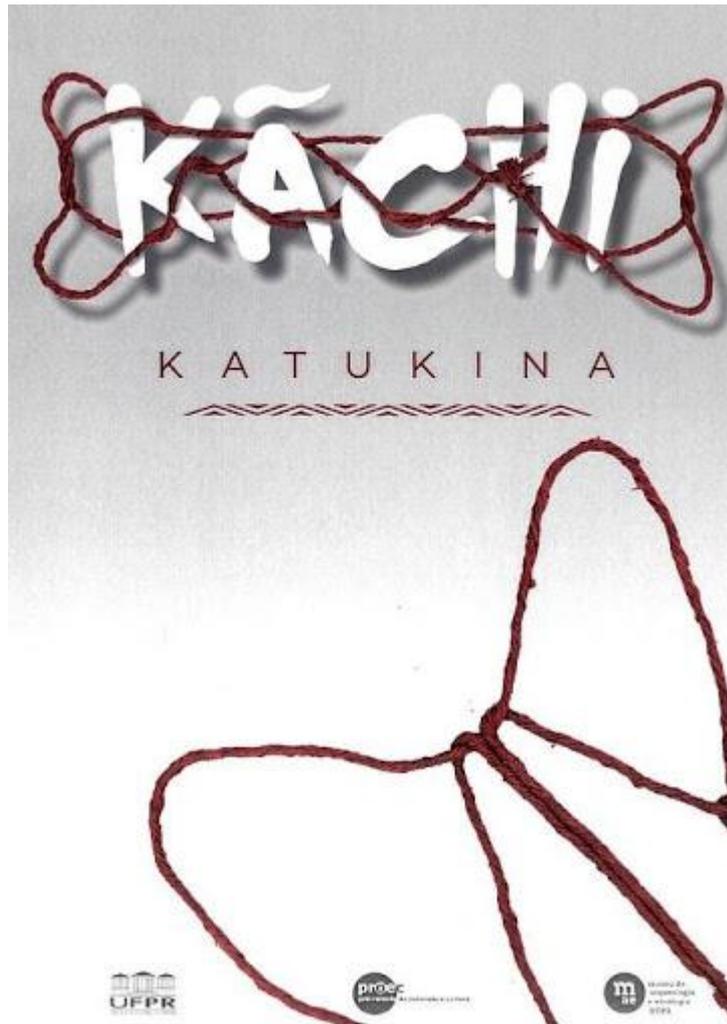
¹⁴ Particularmente dessa pesquisa de campo, que acabou sendo realizada dentro de um hotel em Cruzeiro do Sul, resultou o artigo ‘*A gente é que sabe*’ ou sobre as coisas katukina (*pano*), publicado na Revista de Antropologia, cf. Lima (2012).

¹⁵ Sobre a abordagem policial, sem querer me alongar, escrevi um texto informativo na Campos de 2014, intitulado *Um festival e seu reverso: etnografia involuntária*.

malentendidos e transformações. Tenho esse artigo como o último de um conjunto extenso e, se puder, não pretendo retornar a escrever sobre a temática. No momento limito-me a orientar e avaliar trabalhos de outros pesquisadores dedicados ao assunto. No último mês, por exemplo, emiti um parecer para um periódico inglês, em que os autores da contribuição falavam sobre a percepção sobre o kampô entre usuários da substância radicados na Holanda e na Alemanha. Mal acabo de escrever essas linhas e chega-me novo pedido de parecer sobre um artigo que aborda o kampô, com temática ligada à medicina, desta vez vinda de um periódico dos EUA – e que em sua página na *web* indica ser o sétimo periódico mais citado do mundo. A velocidade da expansão do kampô é tamanha que agora me atualizo sobre o assunto a partir do atendimento à solicitação de pareceres de revistas localizadas no hemisfério norte!

Em virtude de minha desistência da temática do kampô, saí à procura de novos assuntos para pesquisa, interrompendo um período de 25 anos totalmente dedicada a pensar *os* e *com* os Katukina.

Contudo, pouco antes de interromper a pesquisa com os Katukina, decidi liquidar, digamos assim, uma fatura com alguns de meus amigos. Ao longo do trabalho de campo, ainda nos anos 90, fizera uma coleção de um singelo jogo dos Katukina com barbante, conhecido em português como *cama de gato* (*Kãchi*, em Katukina), o barbante entrelaçado que resulta em diferentes formas. Segundo consta, as camas de gato são um dos jogos mais populares do mundo, de larga distribuição no globo. Até mesmo Franz Boas os colecionou entre os Kwakiutl (Averkieva e Sherman, 1992) – o que me põe em boa companhia.



Sem ter exatamente um método e um objetivo bem delimitado, tinha colecionado em campo, colando os barbantes em folhas A4, mais de 40 formas de *kāchi*. Para marcar o fim de minhas pesquisas com os Katukina, decidi montar uma exposição da coleção no MAE/UFPR, para isso compartilhando a curadoria com Mame, um amigo cuja família me hospedara por longuíssimo tempo em campo, durante a maior parte dos 18-19 meses em que lá estive na década de 1990. A coleção havia ficado guardada comigo por exatos 18 anos; resolvi torná-la pública e, posteriormente, doei-a ao MAE/UFPR, que tinha então a direção de Márcia Rosato e a colega Laura Pérez Gil como responsável pela área de Etnologia na instituição. Financiei com recursos próprios a vinda de Mame para Curitiba, hospedei-o com seu filho (meu afilhado), Wesi, em minha casa – era curiosidade dele conhecer a vida da antropóloga que ocupava sua casa por tanto tempo – e juntos montamos a exposição, que foi inaugurada em abril de 2015 e só findou em março do ano

seguinte. Encerrava-se, com uma atividade de extensão, assim a pesquisa com os Katukina. Naquele ano, nossa exposição foi a mais visitada do MAE/UFPR¹⁶, que, além de turistas, recebe um número grande de alunos das escolas públicas e privadas de Paranaguá, onde a sede do museu está localizada. Da curadoria compartilhada da exposição *kāchi*, resultou minha participação em uma mesa redonda na I Semana Pensar os Museus, na UFPR, que depois viria a ser publicada na Campos, em 2015, com o título *Sobre uma experiência de curadoria compartilhada: o kāchi no MAE/UFPR*.

Antes de prosseguir, devo abrir uns parênteses e anotar brevemente que essa não foi a única ocasião em que desempenhei atividades – no caso, de extensão – no MAE. Em 2007 fui chamada pela então diretora, a colega Ana Luísa Sallas, para ajudar a pensar a montagem de uma exposição com um acervo que acabara de ser doado ao MAE. Eram objetos dos Wauja, do Parque Indígena do Xingu (PIX). A coleção havia sido doada por Eduardo Canó, médico da UNIFESP (antes Escola Paulista de Medicina) e a diretora planejava expô-las com o devido cuidado etnográfico. Ao ver a belíssima coleção, imediatamente declinei do chamado de Ana Luísa, indicando que conhecia pesquisadores para pensar a curadoria da exposição que haviam estado entre os Wauja. Eu mesma seria incapaz de realizar a curadoria, pois jamais trabalhara com o grupo e aceitar seu convite seria antropologicamente irresponsável. Ana Luísa, como não poderia deixar de ser, compreendeu e eu acabei apenas participando lateralmente da montagem. Meu principal papel naquela ocasião foi indicar e ajudar na recepção da colega e amiga Maria Ines Mello (*in memoriam*) que havia se doutorado, no PPGAS/UFSC, a partir de estudo conduzido entre os Wauja. Alguns anos após o falecimento de Mig, como era chamada Maria Ines, parte de seu acervo pessoal foi também doado ao MAE através de seu marido, Acácio Piedade.

Voltando ao meu percurso acadêmico, o encerramento da pesquisa com os Katukina deu-se em 2015, mas o planejamento de uma nova pesquisa iniciara-se exatamente um ano antes. Em abril de 2014, Manuela Carneiro da Cunha esteve em

¹⁶ A exposição *Kāchi* foi a mais visitada no MAE no ano de 2015, totalizando 32.498 visitantes, entre o público local (alunos de escola pública, principalmente) e o espontâneo, conforme me informou Márcia Rosato, diretora do Museu naquela ocasião (informação pessoal 2016). Uma pequena amostra dos *Kāchi* Katukina pode ser vista no filme que acompanha a exposição: <https://www.youtube.com/watch?v=kTpoQDpFchU>.

Curitiba para ministrar a Aula Inaugural do PPGAS, na ocasião eu mesma era coordenadora do Programa e, evidentemente, auxiliei na recepção da convidada. Entre outras conversas nos dias que passara por aqui, comentei da minha decisão de encerrar minhas pesquisas com os Katukina, muito especialmente disse que me desinteressara da pesquisa sobre a difusão urbana do uso *kampô*, principalmente em virtude do incidente com a Polícia Federal em Cruzeiro do Sul. A juventude havia passado e passei a temer os riscos do campo.

Na ocasião ela mencionou sua colaboração com a equipe coordenada por Maria Rita Kehl, que estava concluindo o capítulo sobre os Indígenas no Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Mencionou muito especialmente o extenso acervo documental de Marcelo Zelic, um desses colaboradores da CNV, e quem reencontrou o Relatório Figueiredo no Museu do Índio no Rio de Janeiro¹⁷. Dois meses depois, dirigi-me à casa de Zelic, munida de meu hd externo, copiando uma quantidade gigante de arquivos de seu computador. Até hoje não explorei a maior parte deles, devo admitir.

Na mesma época, entrou em contato comigo, solicitando colaboração, a equipe do Ministério Público Estadual (MPE), responsável pela elaboração dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban. Muito particularmente, a equipe do MPE estava interessada em minha colaboração para tratar, no relatório da CEV, do caso dos Xetá, que foram contatados no final da década de 1940 (embora oficialmente o contato tenha ficado registrado como de 1953) na porção noroeste do Paraná e que desde então passaram por processos históricos bastante violentos.

Ainda hoje não compreendo essa coincidência de interesses, pois no acervo que copiei na casa de Marcelo Zelic buscava justamente por pistas que me levassem aos casos de remoção forçada de grupos indígenas no Brasil. Os Xetá, que já haviam sido citados no relatório da CNV, certamente eram um dos piores casos no Brasil, vítimas que foram da ação genocida estatal combinada com os interesses das empresas de colonização privadas. Naquela ocasião, ao aceitar o convite do MPE-PR (Ministério Público Estadual), passei a ter outros interlocutores e amigos: o próprio Dr. Olympio Sotto Mayor Netto (Procurador do MPR), Jefferson Salles (historiador e assessor do primeiro), Raquel Osowski (advogada, na ocasião lotada no MPE-PR, hoje mestre em Direito

¹⁷ Publiquei, em coautoria com Fabiano Atenas Azola, uma entrevista com Marcelo Zelic, na revista *Mediações*, em número de 2017.

Socioambiental na PUC-PR) e Cláudia Hoffmann (historiadora). De nossos diálogos e colaborações resultou não só minha contribuição na elaboração do relatório da CEV, mas também um capítulo de livro escrito a muitas mãos, o *Síntese das graves violações aos povos indígenas constantes no relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban*, em coletânea organizada por pesquisadores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Direito Socioambiental da PUC-PR – onde, a propósito, acabei participando, em uma banca de mestrado, da avaliação de uma orientanda de Carlos Frederico Marés, no caso, de Raquel Osowski, acima mencionada, e que escreveu sua dissertação de mestrado sobre a tese do marco temporal.

Voltando à pesquisa sobre os Xetá, é preciso dizer que a documentação dispersa em Curitiba tem um tamanho impressionante. A comparação se tornava inevitável, pois se na pesquisa sobre os Katukina, dada até a raridade, não me deparara com documentos, de uma hora para outra, dedicada a conhecer a saga dos Xetá, surpreendi-me com a vasta documentação, impossível de ser explorada por uma única pessoa. Em Curitiba a documentação distribui-se em pelo menos três instituições museais: Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/UFPR), Museu Paranaense (MuPa) e Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB). Conforme escrevi recentemente com um de meus orientandos:

Fazemos referência aqui tanto aos arquivos de caráter mais acadêmico, quanto às cartas e fotos que ambos¹⁸ espalharam entre diferentes interlocutores. Apenas o acervo documental de Loureiro Fernandes, reunido no Centro de Estudos Bandeirantes, soma mais de 4 mil arquivos. Claro que não são todos relativos aos Xetá – incluem também seus estudos em medicina, ao mesmo tempo que sobre folclore e os Kaingang, entre outros. Se estimarmos que ao menos 1/10 desses documentos sejam relativos aos Xetá, temos 400 arquivos. Somados aos 487 documentos do SPI já são mais de 800. Acrescidos das mais de 60 matérias jornalísticas sobre o grupo (cf. Leite 2019), alcançamos sem sobressaltos a marca de 900 documentos. Somados tantos outros documentos de Kozák, entre os quais avolumam-se os registros fotográficos, a sugestão de 1 mil documentos que atestam a existência – seja física seja cultural - dos Xetá pode acabar sendo modesta. Trata-se de uma documentação superlativa, que exigirá ainda muitos esforços para ser devidamente explorada. Impossível não se assustar com o volume de documentos existentes, sobretudo se se considera que se trata hoje de um grupo indígena desterrado e sem terra, o que não necessariamente é a mesma coisa, embora sejam ambas as coisas. O desterro, lá na década de 1950, objetivava inequivocamente encaminhá-los à extinção. Não tendo a extinção sido efetiva, tornaram-se índios sem-terra. (...)

Como não se bastassem os papéis, existem ainda outros tipos de documentos a atestar a existência do grupo:

Entre tantos, têm-se a coleção de miniaturas em resina confeccionadas pelos Xetá, no acervo de V. Kozak, no Museu Paranaense, que é composta de 139 itens. No Museu de

¹⁸ Referimo-nos a José Loureiro Fernandes e Vladimir Kozák, como ficará claro na sequência.

Arqueologia e Etnologia da UFPR (MAE/UFPR) estão depositados 210 outros objetos elaborados pelos Xetá. Segundo Pérez Gil (2012:105), trata-se “de uma das mais variadas e bem documentadas coleções existentes”. Como se não bastassem os papéis e objetos, existem ainda horas de gravação de entrevistas realizadas com os Xetá retirados da Serra dos Dourados, bem como com os colonizadores da região, que compuseram a coleção do Projeto Memória Indígena (PMI), hoje depositada no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR (Lima e Zilli 2020), realizado por Maria Lígia de Moura Pires, na década de 1980. De uma década depois, existem as gravações e imagens de entrevistas realizadas por Carmen Lúcia da Silva, durante o encaminhamento de seus estudos de mestrado e doutorado, formando um acervo audiovisual que está também depositado no Instituto Socioambiental (ISA), organização não governamental que recentemente colaborou com a digitalização do material. Recuando no tempo, existem os filmes realizados por Vladimir Kozák, que se encontram sob a guarda, como herança jacente, do Museu Paranaense. Finalmente, cabe mencionar os registros audiovisuais realizados pela equipe liderada por Lúcio Tadeu Mota, da Universidade Estadual de Maringá. Sem sermos exaustivos, mencionamos esses registros audiovisuais, mas é seguro que existem outros não devidamente divulgados, catalogados ou publicizados.

Destaquei as passagens acima, resultado de uma autoria compartilhada com Gian Carlo Teixeira Leite (Lima e Leite, 2019) porque, dado realmente o volume superlativo da documentação, passei a reunir alunos visando que esses vários documentos possam ser devidamente estudados, permitindo compreender não apenas o que se passou nos meandros da história do grupo, mas também amparando a sua luta por suas antigas terras. No artigo acima mencionado, escrevemos:

Não faz muito tempo, a Justiça brasileira privilegiava os documentos escritos aos orais para comprovar a existência de um dado grupo indígena em alguma terra reivindicada (Paraíso 1994). O Marco Temporal, especialmente no caso Xetá, põe por terra qualquer comprovação documental tal como vigia outrora – a compreensão dos documentos escritos como provas jurídicas –, ao ponto de parecer nutrir um certo desprezo pelos eventos documentados. É incompreensível, se não mesmo inconcebível, que vivemos em um lugar em que se exalta os documentos, em que se os coleciona, ao mesmo tempo em que se despreza os fatos que revelam, como é o caso do reconhecimento da violência, do genocídio vivido pelos Xetá, e a reivindicação por terra que ocupa hoje sua luta. (*idem*)

O interesse acadêmico não se desvincula facilmente de certo ativismo, e falo isso pensando não apenas em minha pesquisa com os Xetá, mas olhando também para minha presença no Acre, quando fui chamada pelos próprios Katukina para estabelecer parâmetros melhores por ocasião da pavimentação da rodovia. Essa vinculação entre pesquisa e ativismo, tomada seriamente, é o que sustenta nosso trabalho. Afinal, se o trabalho acadêmico-científico busca a produção de verdades, estamos entregando algumas. Particularmente no caso da documentação xetá, o que encontramos é uma história marcada do começo ao fim pela violência e pela indiferença de agentes públicos e privados.

Seguindo, falta-me ainda mencionar o Núcleo de Estudos Ameríndios (NEA), grupo de pesquisa registrado no CNPq, que coordeno junto com Laura Pérez Gil. O NEA é sobretudo um espaço de discussão, de compartilhamento de ideias. Desde 2009 reunimo-nos quinzenalmente para a realização de seminários. Nosso propósito, conhecido e compartilhado, é a discussão de trabalhos em curso, não de trabalhos acabados. Para definir de modo breve, a partir do NEA, temos certa coletivização da reflexão. Eventualmente realizamos seminários também com convidados, etnólogos que estejam eventualmente de passagem por Curitiba.

Ao longo desse agora extenso percurso de pesquisa, organizei também três dossiês temáticos em revistas de nossa área: dois deles na *Mediações* e o último na *Campos*. O primeiro dossiê, organizado junto com Marina Cardoso (UFSCar) e intitulado, *Amazônia: sociedade e natureza*, foi concebido em homenagem a João Valentin Wawzyniak, que falecera em agosto de 2011 e quem primeiramente tinha tido a ideia de fazer a publicação. Com sua morte, os editores da revista acharam por bem dar seguimento à publicação do dossiê convidando a mim – sua colega e amiga – e Marina Cardoso, sua orientadora de doutorado. Não poderia ter sido mais linda a homenagem e conseguimos reunir no dossiê, publicado efetivamente em 2012, alguns colegas e amigos, de quem o Valentin era efetivamente leitor, como Mauro Almeida, Raimundo Heraldo Maués e Jean Langdon. No mesmo dossiê também publicaram Felipe Vander Velden, Mariana Pantoja Franco, Amilton Pelegrino de Matos e Uirá Garcia.

O segundo dossiê publiquei na mesma *Mediações*, tendo agora como parceiro o colega Jorge Eremites de Oliveira, professor da UFPel, pesquisador com os Guató, no MS. Nesta publicação, lançada em 2017, buscamos trazer à luz pesquisas voltadas à remoção forçada de povos indígenas durante o período militar. Na esteira das discussões que se deram nos trabalhos da CNV, sobre as violações sofridas por povos indígenas, reunimos trabalhos voltados à temática. Lá estão contribuições que tratam das remoções dos Terena e Guarani no Mato Grosso do Sul, dos Kaingang, Pataxó, Tapayuna, Panará, Xavante e Gavião da Montanha. Nosso esforço em reunir trabalhos sobre essas violentas remoções tinha, e tem ainda, um propósito claro: sabemos muito pouco sobre o que se passou com os povos indígenas durante a ditadura civil-militar. Além de que, temos extensos e bons trabalhos sobre Brasil colônia e império, mas muito pouco sobre o Brasil

republicano. Nossa iniciativa buscava começar a suprir essa literatura deficitária e equilibrar um tanto mais nosso conhecimento histórico-antropológico.

O terceiro dossiê que organizei, em colaboração com Rafael Pacheco, atualmente doutorando na USP, antes meu orientando de mestrado, acaba de ser publicado na *Campos* e reúne trabalhos tão contemporâneos quanto o do dossiê mencionado anteriormente. Intitulado *Povos Indígenas e Justiça de Transição*, nele estão publicados trabalhos apresentados em um evento organizado por Rafael Pacheco, com o mesmo título, que aconteceu em abril de 2019 no SESC-SP. Entre os autores que contribuíram com o dossiê estão, além de mim mesma, Manuela Carneiro da Cunha, Rubens Valente, Patrícia Mendonça Rodrigues, Iara Ferraz, Murué e Tiapé Suruí, Gian Carlo Teixeira Leite, Paula Berbert, Cristiane Takuá e Júlia Navarra. Nas várias contribuições tanto se discute a contribuição da pesquisa antropológica – como no artigo de Manuela – quanto casos particulares de reparação, como se deu com os Aikewara, abordados no artigo de Iara Ferraz, sucedida pelos registros de Tiapé e Murue Surui.

2.1 - Outras publicações

Acima fiz uma exposição resumida de quais têm sido meus interesses de pesquisa antes e após minha vinculação à UFPR e um apanhado de algumas das principais publicações resultantes. Agora destaco que existem outras publicações de que tomei parte, essas vinculadas apenas lateralmente às pesquisas desenvolvidas. Nesse conjunto estão duas traduções (2005 e 2009) de artigos originalmente escritos em francês por Philippe Erikson, quem diretamente me solicitou, e cinco entrevistas realizadas com diferentes colegas. Foram os entrevistados: Roque Laraia (com Márnio Teixeira-Pinto, em 2001), Júlio César Melatti (com Maria Inês Smiljanic, em 2006), Terence Turner (com Maria Inês Smiljanic e Ricardo Cid Fernandes, em 2009), Philippe Erikson (com Laura Pérez Gil, Lorena Córdoba, Diego Villar e Miguel Carid Naveira, em 2010), Antonio Carlos de Souza Lima (com Marcos Silva da Silveira e Lays Gonçalves de Oliveira, em 2017) e Marcelo Zelic (com Fabiano Atenas Azola, em 2017). Todas essas publicações foram veiculadas na *Campos*, com exceção da entrevista com Marcelo Zelic, que foi publicada na *Mediações*, periódico da UEL.

À parte das publicações acadêmicas, escrevi cinco artigos em jornais e/ou revistas (magazines). Um deles, aqui mesmo em Curitiba, publiquei, em 2010, na revista *Sem Fronteiras*, que é vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia (SETI), no qual abordava a questão da proteção dos direitos intelectuais para um público leigo. Os outros quatro artigos foram todos veiculados no jornal *Página 20*, em Rio Branco (AC), e abordavam temas sensíveis relativos aos Katukina ou à questão ambiental de um modo mais geral. Nesse último caso esteve um artigo, veiculado em 2007 e assinado por mim, Mauro Almeida e Marcelo Piedrafita Iglesias, em que tratamos da questão da exploração de petróleo e gás no Acre que então estava por ser iniciada, mais tarde uma versão ampliada desse artigo saiu no PIB (Lima, Almeida e Iglesias, 2011), publicado pelo Instituto Socioambiental. Na verdade, até onde sei, a exploração dos lotes delimitados só não foi iniciada, nem naquela ocasião nem depois, porque não receberam propostas de exploração – ou seja, não apareceram interessados – em leilão público da Petrobrás.

Quadro 1: Publicações

Artigos em periódicos	17
Coletâneas	2
Capítulos de livros	24
Entrevistas	5
Tradução	2
Trabalhos e resumos em anais de eventos	15
Prefácio/Pós-fácio/Apresentação	3
Artigos em jornais e revistas	5

2.2 - Coautorias

A decisão de escrever algumas palavras sobre colaborações na redação de trabalhos veio justamente ao redigir esse relatório, quando pude me dar conta que tenho, ao longo do caminho, repartido minhas indagações e registrado o resultado delas junto com algumas pessoas. As coautorias iniciaram-se com Beatriz Caiuby Labate, colega que procurei – após consultar José Guilherme Magnani para saber se ele podia me informar algo sobre o uso do *kampô* em São Paulo e ele me sugerir seu nome – quando o *kampô* começava a chegar aos centros urbanos do sul e sudeste do país. Dado que a expansão do

kampô se deu inicialmente pelas mãos dos ayahuasqueiros, fazia muito sentido nossa troca de impressões, que registramos em várias publicações (Lima e Labate, 2007, 2008, 2010, 2014). Um deles (o artigo de 2010) foi publicado em uma coletânea na França, organizada por Sébastien Baud e Christian Ghasarian, a partir da tradução realizada pelo colega Philippe Erikson. Um outro artigo que escrevemos juntas e que saiu publicado na Campos, intitulado *Remédio da ciência e remédio da alma* (o de 2007), também sobre o kampô, aparece agora no *Google Scholar* como meu trabalho mais citado. Surpreende-me isso, dado que é mais citado que minha tese de doutorado e minha dissertação de mestrado, trabalhos em que me empenhei mais sob todos os pontos de vista: físico, emocional e intelectual, entre outros.

Outras coautorias se deram na organização de duas coletâneas de que tomei parte. A primeira, de 2010, foi organizada com Marcela Coelho de Souza, colega da UnB, e intitula-se *Conhecimento e cultura: práticas de transformação no mundo indígena* e foi concebida no curso de um projeto PROCAD dos PPGAS da UnB e da UFPR. Nela reunimos várias contribuições sobre a proteção de conhecimentos tradicionais indígenas e as iniciativas de sua patrimonialização. A segunda foi a organização do livro *Os outros dos outros. Relações de alteridade na Etnologia Sul-americana*. O livro é resultado de um GT que organizei com Lorena Córdoba na Reunião de Antropologia do Mercosul que aconteceu em Buenos Aires em 2009. Eu e Lorena, também uma panóloga, estudiosa que é dos Chacobo bolivianos, conhecemo-nos em Paris em 2008, enquanto eu fazia o estágio de pós-doutoramento.

Mais recentemente, tenho repartido a autoria também com orientandos. Sem que tivesse planejado para que as coisas transcorressem assim, as coautorias sucederam-se em artigos assinados com Rafael Pacheco (2017 e 2019), Gian Carlo Teixeira Leite (2019) e Ana Clara Zilli (2020). Resta claro que tais coautorias são resultado do fato de que temos compartilhado a pesquisa bastante de perto, seja realizando juntos trabalho de campo com os Xetá de São Jerônimo, no norte do Paraná, seja consultando os mesmos documentos. Desnecessário dizer o quanto tais parcerias têm sido estimulantes.

Antes de todas as coautorias acima mencionadas, colaborei nos vários textos que compõem a *Enciclopédia da Floresta*, nos quais a organização da escrita teve as mãos de editores profissionais. Ajuda necessária, sobretudo se se considera que alguns dos textos que compõem o livro reuniam mais de sete ou oito autores: eu mesma, Mariana Pantoja

Franco, Margareth Kitaka Mendes, Manuela Carneiro da Cunha, Mauro Almeida e Terri Valle de Aquino e Laure Emperaire, entre outros.

3 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS COM APRESENTAÇÃO DE TRABALHO

Ao longo desses quase 25 anos na UFPR, tomei parte em diversos eventos, no país ou fora dele. Com relativa regularidade tenho participado de Reuniões da ABA e de Encontros Anuais da Anpocs. Em eventos no exterior igualmente tenho mantido regularidade em minhas participações, sempre com financiamento da CAPES ou do CNPq. Estive em eventos na Argentina, no Uruguai, na França, na Bélgica, em Portugal (Évora, Coimbra e Lisboa) e na Espanha. No total, conforme meu próprio registro, são 42 participações em eventos, com minha submissão de proposta de apresentação ou como convidada. Nesta última alternativa, estão meus atendimentos aos convites de diferentes universidades: UFMT, UFJF, UEL, UFSCar, UNESP-Marília, UnB, USP e Société des Américanistes.

Como o sabemos, os eventos são excelentes oportunidades de interlocução e foi a partir deles que se formularam ou refinaram as publicações mencionadas antes.

4 – ATIVIDADES DOCENTES

As atividades docentes distribuíram-se na graduação, desde meu ingresso em 1996, e na pós-graduação, a partir de 2000, quando passei a integrar o quadro de professores após ter concluído o doutorado.

Como habitualmente, algumas disciplinas são oferecidas em caráter obrigatório e outras são optativas. Entre as obrigatórias, ao longo desses 25 anos de docência na graduação, ministrei praticamente todas as disciplinas, desde a introdutória (Antropologia I, no currículo antigo, hoje Antropologia e Dinâmicas da Cultura), até as mais específicas, como Antropologia Norte-americana e Antropologia Francesa. Na pós-graduação, da mesma maneira: tanto ministrei Teoria Antropológica I e Teoria Antropológica II quanto Seminário de Pesquisa, nossa disciplina de métodos.

Entre as optativas, na medida do possível, sempre tentei vincular as disciplinas ministradas à temática que pesquisava naquele momento. Assim, se durante a realização

de meu doutorado e participação no projeto que resultou na publicação da *Enciclopédia da Floresta* ofereci regularmente a disciplina de Antropologia e Meio Ambiente, após a conclusão do doutorado e minha implicação na temática dos conhecimentos tradicionais passei a oferecer regularmente as optativas de Antropologia e Patrimônio e Antropologia dos Objetos, além da variação Tópicos Especiais que é dedicado aos estudos monográficos sobre Patrimônio.

A partir de 2015, quando me afastei da temática dos conhecimentos tradicionais, passei a oferecer regularmente as disciplinas de Antropologia e História e de Etnologia Indígena, nesta última buscando construir meu programa de curso a partir de etnografias sobre os grupos mencionados no relatório da Comissão da Verdade, lendo, portanto, trabalhos voltados ao registro e discussão da violência sofrida por povos indígenas no período militar, como a dissertação, premiada pela ANPOCS, de Bruno Morais e a dissertação defendida na UNICAMP sobre os Suruí Aikewara e a guerrilha do Araguaia, de Andréa Ponce. Mais que um impulso egoísta de tratar de minhas temáticas de pesquisa preferidas, a partir das disciplinas optativas também reunia e iniciava à pesquisa um certo grupo de alunos – e, ao total, foram 12 os bolsistas de IC.

Poucas vezes ministrei disciplinas fora do curso de Ciências Sociais, mas o fiz em três ocasiões: na década de 1990, em meus primeiros anos na instituição, fui professora no curso de Geografia e no curso de História. No último ano, em virtude de certas contingências, ministrei uma disciplina introdutória no curso de Design de Produtos.

5. ORIENTAÇÃO DE ALUNOS/AS E BANCAS AVALIADORAS

Ao longo do percurso orientei 16 dissertações de mestrado, 15 monografias de conclusão de curso e 12 bolsistas de Iniciação Científica. Quase sempre esses últimos eram também os autores das monografias mencionadas. A maioria das dissertações de mestrado tem como interesse principal a subárea de Etnologia Indígena, e aí orientei trabalhos dedicados aos Guarani do litoral paranaense (Zélia Bonamigo), aos próprios Katukina (Paulo Roberto Homem de Góes), aos Ñandeva do norte paranaense (Letícia Fernandes), aos Dâw do rio Negro (João Vítor Fontanelli), aos Wajuru do rio Guaporé, em Rondônia (Nicole Soares-Pinto), aos Aché do Paraguai (Pedro H Frasson) e aos Xetá (Rafael Pacheco). Em menor proporção que os trabalhos voltados à Etnologia Indígena,

orientei trabalhos sobre o acervo do MAE, como aquele de Bárbara Furquim, explorando o acervo de cultura popular formado por Loureiro Fernandes; e sobre os cotistas indígenas em universidades, como o de Caroline Goulart na UEL e o de Lays Gonçalves da Silva com as cotistas indígenas aqui na UFPR. A listagem completa das orientações está disponível no Lattes.

Em andamento, tenho sete orientandos: quatro de mestrado e três de doutorado. Entre os mestrandos é possível notar com clareza como as pesquisas que conduzi até hoje afunilaram para o desenvolvimento de determinadas temáticas ou regiões geográficas, algo que vinha ensaiando há certo tempo. Dos quatro mestrandos, três deles estão desenvolvendo suas pesquisas com a documentação xetá (Caroline Leonardi e João Pedro Russo) ou com os próprios Xetá (Gian Carlo Teixeira Leite) e um, Filipe Ribeiro, está dedicado ao estudo do *kapum* (kampô, entre os Katukina) yawanawá (vizinhos e inimigos históricos dos Katukina). Inevitável dizer do conforto que tais orientações proporcionam, na medida em que não só me propicia interlocuções, mas também atualizações no entendimento dos processos contemporâneos vividos pelos indígenas, como se passa a partir do trabalho de orientação de Filipe Ribeiro. Desses diálogos que se fazem já resultaram algumas publicações em coautoria, duas com Rafael Pacheco e uma compartilhada com Gian C Teixeira Leite, e publicada na Campos. Na *internet* está uma coautoria com Filipe Ribeiro, publicada em inglês, no Chacruna, *website* mantido por Beatriz Labate, antes mencionada em outras colaborações.

No doutorado oriento neste momento três alunos: Domingos Silva, sobre os festivais yawanawá e sua musicalidade, que está neste momento em vias de conclusão; Letícia Fernandes, que orientara no mestrado, quando pesquisou com os Nhandewa do Posto Velho (norte do Paraná), mas que agora irá pesquisar entre os Terena¹⁹, surpreendentemente localizados nas cercanias do Xingu, sobre os quais pouco se diz na literatura; e, finalmente, Aila Bolzan, recém-ingressa em nosso Programa, que irá tratar dos Kinikinaw, nas proximidades do Pantanal, que ardeu agora há pouco em chamas. Dada a pandemia e a catástrofe ambiental, avaliamos neste momento redefinir seu projeto a fim

¹⁹ Originalmente nossa ideia era dar continuidade à pesquisa com os Nhandewa. Porém, Letícia Fernandes foi aprovada em um concurso da FUNAI e empossada em 2019, fazendo imperativa a mudança de seu projeto de pesquisa. A escolha pela pesquisa com os Terena segue agora propósitos próximos àqueles meus de abordar as relações entre os grupos indígenas entre si, dado que os Terena parecem ocupar naquela localidade o lugar de mediadores entre outros grupos indígenas, os Panará muito especialmente, e os brancos, devido, aparentemente, à sua maior escolarização – situação a ser detidamente investigada.

de que ela busque alcançar a percepção kinikinau sobre esses dois grandes eventos que os alcançaram – no caso do incêndio, de modo bastante direto. Dado que a epidemia do COVID-19 já vai comprometendo a realização de seu trabalho de campo, impedida que está de deslocar-se para lá, foi o que imaginamos para ela poder manter contato com os indígenas à distância e, em melhor momento, poder ir a campo dar continuidade às conversas e interações.

No total até aqui, participei de 49 bancas de mestrado, doutorado e qualificações. Na UFPR, além das bancas no PPGAA, estive nos programas de pós-graduação em História e Geografia. Em outras instituições, estive nos Programas de Antropologia da UFSC, UFMT, UnB, UNICAMP, USP, no Programa de Pós-Graduação em Direito Socioambiental da PUC-PR e na XIII Semana de Políticas Públicas realizada na UTFPR.

Quadro 2: Orientações

Monografia de graduação	15
IC	12
Mestrado concluído	16
Mestrado em andamento	4
Doutorado em andamento	3
Pós-doutorado	1

6. ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E TRABALHOS TÉCNICOS

Ajudei a organizar alguns eventos de maior e menor porte. Entre os primeiros, participei, junto com outros colegas do DEAN, na organização da IX Reunião de Antropologia do Mercosul, que aconteceu em Curitiba em 2011 – por ocasião da RAM realizada aqui em 2001 não tomei parte, pois que estava em licença-maternidade. Além disso, propus e obtive aprovação em atividades que tiveram lugar em onze eventos de nossa área, GTs e MRs que ocorreram em RBAs, RAMs e Encontros da ANPOCS. Tratam-se de atividades que coordenei com os colegas Lorena Córdoba, Denise Fajardo, Geraldo Andrello, Lévi Marques de Souza, Jorge Eremites e Stephen Baines, para citar apenas alguns.

Localmente organizei, em setembro de 2009, o evento intitulado *Dos quatro cantos da Amazônia, conhecimento como prática de transformação*, do qual parcialmente resultou a publicação da coletânea, antes mencionada, *Conhecimento e cultura. Práticas de transformação no mundo indígena* que organizei com Marcela Coelho de Souza, como parte das atividades do convênio PROCAD/CAPES. Ainda em Curitiba, em outubro de 2013, organizei com Ricardo Cid Fernandes o *Seminário Antropologia e Desenvolvimento*, o evento integrou as atividades itinerantes do Fórum Permanente sobre Desenvolvimento da ABA.

Em duas ocasiões coordenei eventos no Círculo de Estudos Bandeirantes – e em ambas oportunidades contei com a gentileza e os préstimos de Kátia Biesek, a secretária do CEB. Na primeira vez, em 2017, coordenei um Colóquio marcando os 40 anos de morte de José Loureiro Fernandes, fundador do DEAN e um dos primeiros pesquisadores a estar com os Xetá por ocasião do contato na Serra dos Dourados, em meados do século passado, no noroeste paranaense. Em uma segunda ocasião, no ano seguinte, o evento foi dedicado à discussão sobre os acervos Xetá disponíveis em Curitiba, e intitulava-se: *Os Xetá e seus acervos: Antropologia, História e Arqueologia*, reunindo, além de mim mesma, algumas lideranças Xetá e os atuais pós-graduandos que pesquisam com eles em São Jerônimo da Serra; além de Cláudia Parellada, arqueóloga do Museu Paranaense.

Entre meus trabalhos técnicos, entre os anos de 2015 e 2018, incluo a já mencionada colaboração com a equipe do Ministério Público do Paraná, liderada pelo Procurador Olympio de Sá Sotto Maior, que resultou na publicação do capítulo sobre os indígenas no Paraná no relatório da Comissão Estadual da Verdade. Lembrando que foi a partir dessa colaboração que, definitivamente, resolvi aprofundar a pesquisa com os Xetá e sobre a documentação escrita sobre o grupo.

Na CAPES participei de duas diferentes comissões. Primeiro, em 2017, integrei a Comissão da área de Antropologia e Arqueologia de avaliação de recursos à Avaliação Quadrienal. Como é sabido, naquele ano houve, em nossa área, uma enxurrada de recursos à avaliação e foi preciso apreciar detidamente todas as contestações, quando fui convidada a integrar a comissão justamente por ser pesquisadora do CNPq e pelo fato de não pertencer a um Programa que tivesse ingressado com recurso. O coordenador da área, bastante fragilizada naquela ocasião, que me fez o convite, era Jorge Eremites de Oliveira (então suplente), surpreendido por ter de, subitamente, coordenar os trabalhos após o

titular demitir-se. Dois anos depois, em 2019, fiz parte da Comissão Avaliadora do Prêmio CAPES de Teses, presidindo-a. Nesta ocasião o coordenador da área, quem me fez o convite, já era Antonio Carlos de Souza Lima.

Regularmente, desde que me tornei bolsista PQ2 do CNPq, emito pareceres diversos, seja para bolsas de doutorado e pós-doutorado no exterior seja para participação em eventos no exterior. Com relativa regularidade sou solicitada para avaliar o ingresso de pesquisadores em áreas indígenas numa colaboração entre CNPq e FUNAI.

Eventualmente também elaboro pareceres para Fundações de Apoio a Pesquisa Estaduais. Com esse fim, já fui solicitada, e atendi às solicitações, pela Fundação Araucária, no Paraná; FAPEAL, de Alagoas; e FUNDECT-MS, do Mato Grosso do Sul. Vindo do exterior, em certa ocasião, em 2016, emiti um parecer para a Netherlands Organisation for Scientific Research (NWO).

Estive em quatro bancas de concurso público em diferentes universidades. Em 2006 participei em uma banca aqui mesmo, na UFPR; em 2010 compus a banca de um concurso de Antropologia na UFSC; na sequência, em 2012, estive avaliando candidatos para o departamento de Antropologia da UFSCar e, finalmente, em 2016 estive como membro de uma banca para uma vaga de Etnologia Indígena na UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), em Foz do Iguaçu – quando, por breves dias, pude compartilhar da sabedoria de Bartomeu Meliá (*in memoriam*).

Entre os trabalhos técnicos, cabe mencionar ainda meu trabalho de editoria na Campos, Revista de Antropologia, criada pelo PPGAS em 2001. Em 2002, 2003 e 2007 participei da editoria da revista. Mais recentemente, a partir de 2017, assumi sozinha a editoria da Campos, conduzi a reformulação de sua identidade visual e consegui periodizá-la, conseguindo uma boa avaliação (A3), no Qualis da CAPES. Neste momento estou retirando-me da revista, sendo sucedida pela colega Eva Scheliga.

Pondo de lado o trabalho de editoria na Campos, emito com regularidade pareceres para diversos periódicos, entre eles, Revista de Antropologia (USP), Cadernos de Campo (USP), Ciência Hoje (SBPC), Anuário Antropológico (UnB), Boletim do Museu Goeldi, Revista AntHropologicas (UFPE), Aceno (UFMT) e Mundaú (UFAL), além de originais submetidos às editoras da UFSCar e da UFPR.

Finalmente, de 2018 a setembro de 2020, integrei o Comitê Estadual da Verdade, Memória e Justiça, como representante da UFPR.

7. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Em ordem cronológica, minha primeira atividade administrativa na UFPR foi a participação no Comitê Setorial de Pesquisa, entre os anos de 2001 e 2005. Por um período mais breve, participei da realização do I Vestibular Indígena da UFPR, entre setembro de 2004 e abril de 2005, junto com a colega Ciméa Bevilaqua. Entre maio de 2002 e junho de 2006, ocupei a vice coordenação do PPGAS. Na sequência assumi efetivamente a coordenação do Programa, ficando de julho de 2005 a junho de 2007, cuja ação mais significativa naquele período, excedendo então a rotina administrativa, foi, a partir de tratativas com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, a obtenção de uma vaga de professor visitante, para a ocupação da qual selecionamos Miguel Carid Naveira, cujas atividades previstas em sua entrada se davam a partir do MAE. Mais recentemente voltei a ocupar a coordenação do PPGAS, entre dezembro de 2011 e dezembro de 2013. Nesta última ocasião, centrei esforços e coordenei os trabalhos para a formulação da proposta de criação do doutorado em Antropologia em nossa instituição. Missão cumprida, a aprovação do curso de doutorado na CAPES deu-se no final de minha gestão e efetivamente alunos puderam ser matriculados a partir de 2014.

Involuntariamente, cabe mencionar que, desde a aposentadoria da colega Sandra Stoll, em 2014, sou a decana do nosso Programa de Pós-Graduação, devendo ocasionalmente assumir a coordenação em caso de ausência do/a coordenador/a e de seu/sua vice.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ORDEM A POSTERIORI

Elaborar um memorial comporta certos desafios, sendo o principal a necessária ordenação de fatos e eventos como se fossem devidamente encadeados, restando seu pensamento como um grande *hd* capaz de organizar com precisão o turbilhão de informações ao longo do tempo. Claro que a realidade é mais complexa e traiçoeira do que se apresenta no papel ou na tela e, ao final, sobra uma infável sensação de corrupção

da realidade, além de uma acentuada frustração pela sensação de achatamento dos afetos que estiveram envolvidos no desenrolar da vida enquanto docente e pesquisadora.

À parte o sentimento de frustração derivado dessa corrupção, resta, de todo modo, um caminho que a Antropologia me mostrou. Talvez seja esse o principal saldo. Assim como ensina nossa disciplina que a cultura é algo que se faz permanentemente, sendo impossível (além de indesejável) buscar por sua origem e reproduzi-la repetidamente, o que o memorial mostra é também a transformação contínua dos objetos aos quais me dediquei e que acabavam por transformar simultaneamente minha prática profissional. Aquelas longas temporadas em campo no Acre, a partir das quais conduzi meus estudos de mestrado e doutorado, não mais existem. Não que não mais as deseje, mas o próprio campo transformado eventualmente prescinde delas. Minhas idas a campo são hoje limitadas a finais de semana e feriados prolongados. Embora essa redução das estadias decorra dos meus compromissos profissionais, não se explicam apenas assim. Recentemente, um orientando, Gian Carlo, foi aconselhado por uma liderança xetá que sua estadia não ultrapassasse 15 dias consecutivos. Sim, as visitas depois de um certo tempo se tornam incômodas. Estão em curso novos modos de realização do trabalho de campo e me parece que ainda pouca atenção dedicamos a tal transformação, como se fosse dispensável expor e discutir os desafios contemporâneos de nossa metodologia preferida e que modela a própria identidade da disciplina no conjunto das Ciências Sociais. Como sobejamente o sabemos, entre os cientistas sociais, somos nós os que menos apreciam entrevistas... Como sair de temporadas de campo tão exíguas se não se rendendo ao gravador que carregamos em nossos aparelhos celulares?

Como etnóloga me pergunto enquanto escrevo: a fragmentação da forma como fazemos a pesquisa de campo hoje não seria ela própria derivada da fragmentação da vida de nossos amigos indígenas ao se aproximarem cada vez mais de nós? Vida agora organizada de modo menos “mecânico” e mais “orgânico”, abusando do vocabulário durkheiminiano? São especulações. Efetivamente o que vejo a partir de meus orientandos são práticas de pesquisa mais fluidas do que vigia outrora. E como dar conta, como discutir essa fluidez do campo em sala de aula, sem descartar a leitura dos autores clássicos e sem desestimulá-los à Antropologia? Como manter nossa salutar desconfiança das entrevistas?

Aqui não é o lugar para ensaiar respostas a tais perguntas, até porque suspeito que elas não existam. O modelo *ad hoc* do trabalho de campo, como bem enfatizado por Mariza Peirano (1992), continua em vigor. Quiçá possamos trocar mais ideias sobre nossos proverbiais improvisos, e de repente voltamos, por um longo trajeto, mas com outra visada, à ideia de Roberto da Matta da Antropologia enquanto *blues*.

Perto de encerrar, quero chamar a atenção aqui à forma um tanto circular de minha trajetória enquanto pesquisadora. Como escrevi no início, iniciei-me na Antropologia pesquisando no Norte Paraná, a partir da bolsa de IC que obtive em 1988, tendo acompanhado a professora Kimiye Tomasino, em Tamarana e São Jerônimo da Serra, entre os Kaingang, falantes de uma língua jê. Na década de 1990, a convite da professora Manuela Carneiro da Cunha, mudei o curso de meus interesses e fui ao Acre, pesquisar entre um povo de língua pano, os Katukina. Passados 25 anos, a partir de 2015, volto a pesquisar no Paraná, inicialmente vasculhando a documentação sobre os Xetá. Se antes, ainda na graduação, me interessara em São Jerônimo pela história de uma liderança kaingang, Tapixi – sobre o qual escrevi minha monografia de conclusão de curso, a qual, para minha surpresa e satisfação, acabou integrando o conjunto de documentos da Comissão Estadual da Verdade-Teresa Urban –, hoje volto exatamente à mesma localidade em que me iniciei na disciplina, mas para pesquisar entre os Xetá, um grupo de língua tupi-guarani que se recupera ainda da ação genocida que os alcançou na metade do século passado. Voltar a São Jerônimo é literalmente uma volta ao começo, uma viagem de volta da própria pesquisadora. Um grande círculo de trocas, que percebo agora com alegria.

Ao final, a elaboração deste memorial, cuja redação foi-me menos burocrática do que inicialmente imaginei, me proporcionou olhar retrospectivamente e consolidar a certeza de que estive sempre acompanhada – seja de amigos seja de livros e textos vários –, e foram essas companhias que me permitiram dar conta de avançar ao longo percurso. Justamente por isso, agradeço indistintamente a todos os colegas, amigos e familiares citados ao longo do texto – são referências em um sentido bastante forte –, pessoas que me ajudaram a fazer esse caminho menos tortuoso. Tenho para mim que não necessariamente sabemos como realizamos as coisas, como Jean Cocteau antes dissera.

No meu caso, vejo-me como uma *bricoleuse*²⁰. Ao final, resta-me claro que, ao escolher a Antropologia entre as Ciências Sociais, não dispunha de um projeto, embora a forma como se organiza o memorial que se leu queira me contradizer. *A posteriori* a ordem se impõe.

²⁰ Embora fique um tanto em dúvida se minha escolha por essa definição como *bricoleuse* deve mais a Lévi-Strauss (1962), ao tratar dos modos indígenas de pensamento, ou a Evans-Pritchard (1985:85) que, em sua querela com seu ex-professor Radcliffe-Brown, aproximou a antropologia da arte, e não das ciências naturais.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, Mauro. 2004. "Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(55): 34-53

Almeida, Mauro e Carneiro da Cunha, Manuela. 2001. *Enciclopédia da Floresta*. São Paulo: Cia das Letras.

Averkiewa, Julia & Sherman, Mark A. 1992. *Kwakiutl String Figures*. Seattle / London / New York: University of Washington Press/American Museum of Natural History.

Calávia Saez, Oscar. 2006. *O nome e o tempo dos Yaminawa*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora da Unesp/ISA/NUTI.

Carneiro da Cunha, Manuela. 1989. "Introdução" (História Indígena). *Revista de Antropologia*. v. 30/31/32.

_____. 2009. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naify.

Da Matta, Roberto. 1978. « O ofício do etnólogo, ou como ter anthropological blues ». *Boletim do Museu Nacional*, 27. 12 p.

Dumont, L. 1975. *Kariera et Dravidien*. Paris, Mouton.

Erikson, Philippe. 1990. *Les Matis d'Amazonie. Parure des corps, identité ethnique et organisation sociale*. These de docteur, Université de Paris X - Nanterre.

_____. 1993a. "A onomástica Matis é amazônica?" in: E. Viveiros de Castro & M. Carneiro da Cunha, orgs., *Amazônia: etnologia e história indígena*, São Paulo: NHII/USP/FAPESP. pp.323-338.

_____. 1993b. "Une nebuleuse compacte: le macro-ensemble pano". *L'Homme*, XXXIII (2-4): 45-58.

Evans-Pritchard, E. 1985. *Antropologia Social*. Lisboa: Edições 70.

Gow, Peter. 1991. *Of mixed blood*. New York/Oxford. Oxford University Press.

Iglesias, Marcelo Piedrafita. 2010. *Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no alto Jurua*. Brasília: Paralelo 15.

Lagrou, E. M. (1991). *Uma etnografia da cultura Kaxinawa. Entre a cobra e o Inca*. Dissertação de mestrado (Antropologia): Universidade Federal de Santa Catarina.

Leach, Edmund. 1995. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp.

Lévi-Strauss, Claude. 1962. *La pensée sauvage*. Paris: Plon.

_____. 1989. "Raça e História". In. *Antropologia Estrutural Dois*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. pp. 328-366.

Lima, Edilene C. de. 1994a. *Katukina: história e organização social de um grupo pano do alto Juruá*. Dissertação de mestrado, USP.

_____. 1994b. Katukina, Yawanawa e Marubo: desencontros míticos e encontros históricos. *Cadernos de Campo* (USP), 4:1-19.

_____. 1997. A onomástica katukina é pano? *Revista de Antropologia* (USP. Impresso), 40(2): 7-30.

_____. 2000. BR-364: no caminho dos Katukina. In: Carlos Alberto Ricardo. (Org.). *Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental. p. 575-578.

_____. 2001. Erros repetidos: a pavimentação da BR-364 e os Katukina. Curitiba: Campos. *Revista de Antropologia Social*.

_____. 2005. Kampu, kampo, kambô: o uso do sapo-verde entre os Katukina. *Revista do IPHAN*, 32.

_____. 2006. BR-364 e os Katukina: a história se repete. In: Beto Ricardo; Fany Ricardo. (Org.). *Povos Indígenas no Brasil 2001-2005*. 1ed. São Paulo: Instituto Socioambiental. p. 586-587.

_____. 2008. Cobras, xamãs e caçadores entre os Katukina (pano). *Tellus* (UCDB), v. 15, p. 35-57.

_____. 2009. “Entre o mercado esotérico e os direitos de propriedade intelectual: o caso do kampô (*Phyllomedusa bicolor*)”, em Kleba, John & Kishi, Sandra (orgs.). *Dilemas do acesso à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais –direito, política e sociedade*. Belo Horizonte, Editora Fórum.

_____. 2012. “A gente é que sabe ou sobre as coisas katukina (pano)”, *Revista de Antropologia*, 55 (1): 139-169.

_____. 2014a. “‘Nosso conhecimento vale ouro’: sobre o valor do trabalho de campo.” *Anuário Antropológico*. v. 1.

_____. 2014b. “A internacionalização do kampô (via ayahuasca): difusão global e efeitos locais”. In: M. Carneiro da Cunha e P. Cesarino. *Políticas culturais e povos indígenas*. São Paulo: Editora da UNESP. pp. 91-113.

_____. 2015. O kãchi no MAE/UFPR: sobre uma experiência de curadoria compartilhada. *Campos* (UFPR), v. 16, p. 44-58.

_____. 2018. “De documentos etnográficos a documentos históricos: a segunda vida dos registros sobre os Xetá (Paraná, Brasil)”. *Sociologia e Antropologia*, v. 8. pp. 571-597.

_____. 2020. “La mana rono (boa, Boinae) de los Noke Kuin (katukina): vida breve, uniones místicas y otros encantamientos”. In: Celeste Medrano; Felipe Vander Velden. (Org.). *Que es un animal?* Buenos Aires: Ethnographica. pp. 221-238.

Lima, Edilene C.; Labate, Beatriz C. 2007. 'Remédio da ciência' e 'remédio da alma': os usos da secreção do kambô (*Phyllomedusa bicolor*) nas cidades. *Revista de Antropologia Social*, Campos, 8 (1) : 71-90.

_____. 2008. A expansão urbana do kambô: notas etnográficas. In: Labate, B.; Goulart, S.; Fiore, M. (Org.). *Drogas: perspectivas em ciências humanas*. Salvador: Editora da UFBA.

_____. 2010. L'expansion urbaine du kampo (*Phyllomedusa bicolor*). In: Sébastien Baud; Christian Ghasarian. (Org.). *Des plantes psychotropes. Initiations, thérapies et quêtes de soi*. Paris: Imago. pp. 137-172.

_____. 2014. Medical Drug or Shamanic Power Plant: The Uses of Kambô in Brazil. *Ponto Urbe (USP)*, v. 15.

Lima, Edilene C; Almeida, Mauro W. B.; Iglesias, Marcelo P. 2011. "Petróleo, gás, estradas e populações tradicionais". In: Fany Ricardo; Beto Ricardo. (Org.). *Povos Indígenas no Brasil 2006-2010*. São Paulo: Instituto Socioambiental, pp. 522-525.

Lima, Edilene C. e Zilli, Ana Clara. 2020. Fragmentos da história: os Xetá no Projeto Memória Indígena. *Sociologias Plurais*, v. 6, p. 135-158.

Lima, Edilene C. e Pacheco, Rafael. 2017. Povos Indígenas e Justiça de Transição: reflexões a partir do caso Xetá. *Aracê. Direitos Humanos em Revista*, v. 4, p. 219-241.

Lima, Edilene C. e Pacheco, Rafael. 2019. Apresentação: a ditadura continua para os índios. *Campos (UFPR)*, v. 20, p. 9-25.

Lima, Edilene C. e Leite, Gian Carlo T. 2019. Justiça de Transição e os Xetá: sem anacronismos. *Campos (UFPR)*, v. 20, p. 123-234.

Lima, E. C.; Almeida, M. W. B.; Iglesias, M. P. Petróleo, gás, estradas e populações tradicionais. In: Fany Ricardo; Beto Ricardo. (Org.). *Povos Indígenas no Brasil 2006-2010*. 1ed.São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011, v. 1, p. 522-525.

Lima, Edilene C.; Maior Neto, O. S. S. ; Osowski, Raquel ; Salles, Jefferson de Oliveira. 2016. Síntese das graves violações aos povos indígenas constantes no Relatório da Comissão Estadual da Verdade - Teresa Urban. In: Carlos Frederico Marés Souza Filho; Daniela Mamed; Manuel Munhoz Caleiro; Raul César Bergold. (Org.). *Os Avá-guarani no oeste do Paraná : (re) existência em Tekoha Guasu Guavira*. 1ed.Curitiba: Letra da Lei. pp. 360-390.

Melatti, Júlio César. 1977. Estrutura social Marubo: um sistema australiano na Amazônia. *Anuário Antropológico*, 1 (1): 83-120.

Peirano, Mariza. 1992. "A favor da etnografia". *Série Antropologia 130*. Brasília: Departamento de Antropologia.

Tastevin, Constantin. 1919) "Quelques considérations sur les indiens du Juruá". *Bulletin de la Société d'Anthropologie de Paris*, ser. 6, 10:144-154.

_____. 1920. "Le fleuve Jurua". *La Géographie*, t. XXXIII (1):1-22; XXXIII (2):131-148.

_____. 1924. "Chez les indiens du Haut-Jurua (Rio Gregório)". *Missions Catholiques*, t. LVI:65-67; 78-80; 90-93; 101-104.

Viveiros de Castro, Eduardo. 1996. "Ambos os três: sobre algumas distinções tipológicas e seu significado estrutural na teoria do parentesco", *Anuário Antropológico* 95. pp. 9-91.